

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR		
6 - NIRE	7 - SITE	
8 - DATA DE CONSTITUIÇÃO DA CIA	9 - DATA DE REGISTRO DA CIA NA CVM	

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO		2 - BAIRRO OU DISTRITO		
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
15 - E-MAIL				

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME				
2 - CARGO				
3 - ENDEREÇO COMPLETO			4 - BAIRRO OU DISTRITO	
5 - CEP	6 - MUNICÍPIO			7 - UF
8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX	
17 - E-MAIL				

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME				
19 - CONTATO				
20 - ENDEREÇO COMPLETO			21 - BAIRRO OU DISTRITO	
22 - CEP	23 - MUNICÍPIO			24 - UF
25 - DDD	26 - TELEFONE	27 - TELEFONE	28 - TELEFONE	29 - TELEX
30 - DDD	31 - FAX	32 - FAX	33 - FAX	
34 - E-MAIL				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01	RIO DE JANEIRO	RJ		-	-
02	BELO HORIZONTE	MG		-	-
03	PORTO ALEGRE	RS		-	-

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	ALFREDO LOBL	001.912.998-04	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
02	ARMANDO KLABIN	008.144.407-97	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
03	DANIEL MIGUEL KLABIN	008.143.777-34	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
04	ISRAEL KLABIN	008.143.857-53	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	LILIA KLABIN LEVINE	300.825.448-91	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
06	MIGUEL LAFER	027.760.308-00	28/04/2004	ABRIL 2005	2	SIM	20	Presidente do Conselho de Administração
07	PAULO SERGIO COUTINHO GALVÃO FILHO	040.443.368-57	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
08	PEDRO FRANCO PIVA	008.308.448-72	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
09	ROBERTO LUIZ LEME KLABIN	988.753.708-00	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
10	VERA LAFER	380.289.138-49	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
11	OLAVO EGYDIO MONTEIRO DE CARVALHO	007.260.107-82	23/03/2004	ABRIL 2005	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
12	SERGIO ALBERTO MONTEIRO DE CARVALHO	007.260.287-20	23/03/2004	ABRIL 2005	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
13	ANA MARTA HORTA VELOSO	804.818.416-87	23/03/2004	ABRIL 2005	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
14	ALBERTO KLABIN	261.062.567-72	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
15	AMANDA KLABIN	047.868.957-84	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
16	EDGAR GLEICH	184.011.558-00	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
17	FRANCISCO LAFER PATI	256.483.558-90	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
18	GRAZIELA LAFER GALVÃO	012.072.688-28	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
19	HORACIO LAFER PIVA	038.613.618-17	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
20	LEONARDO KLABIN	375.332.587-20	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
21	MILDRED LAFER	525.255.548-68	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
22	ROBERTO KLABIN MARTINS XAVIER	153.181.088-81	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
23	WOLFF KLABIN	018.376.457-95	23/03/2004	ABRIL 2005	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
24	RUI MANUEL DE MEDEIROS D'ESPINEY PATRICI	656.812.078-20	23/03/2004	ABRIL 2005	2	NÃO	23	Conselho de Administração (Suplente)
25	CELI ELISABETH JULIA MONTEIRO DE CARVALH	428.912.807-68	23/03/2004	ABRIL 2005	2	NÃO	23	Conselho de Administração (Suplente)
26	ANDRÉ BIAZUS	362.655.190-34	23/03/2004	ABRIL 2005	2	NÃO	23	Conselho de Administração (Suplente)
27	MIGUEL SAMPOL POU	009.302.107-00	28/04/2004	ABRIL 2005	1		19	Diretor Geral e cumulat. de Operações
28	RONALD SECKELMANN	894.486.428-49	28/04/2004	ABRIL 2005	1		19	Dir.Financeiro e Relações c/Investidores
29	REINOLDO POERNBACHER	003.976.440-00	28/04/2004	ABRIL 2005	1		19	Dir.Ger.UN Klabin Flor. e Supply Chain
30	ANTONIO SERGIO ALFANO	875.349.248-04	28/04/2004	ABRIL 2005	1		19	Diretor de Planejamento e de Controle
31	CARLOS ALBERTO ENNES CARIELLO	261.056.327-20	28/04/2004	ABRIL 2005	1		19	Diretor de Recursos Humanos
32	WILBERTO LUIZ LIMA JUNIOR	238.989.417-87	28/04/2004	ABRIL 2005	1		19	Dir.de Comunic. e Responsabilid. Social
33	PAULO ROBERTO PETTERLE	175.309.207-82	28/07/2004	ABRIL/2005	1		19	Dir.Ger.UN Klabin Papéis e Sacos e Envel
34	LUCAS LAMADRID GODINEZ	196.187.938-77	28/07/2004	ABRIL/2005	1		19	Dir. Ger. Un.Neg.Klabin Embalagens
35	DONALD ROSS SILVEIRA DA MOTA	522.246.358-34	28/07/2004	ABRIL/2005	1		19	Dir. Comercial Un.Neg.Klabin Papéis

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
 2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
 3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

02.01.02 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL

1 - CONSELHO FISCAL INSTALADO	2 - PERMANENTE
-------------------------------	----------------

3 - ITEM	4 - NOME DO CONSELHEIRO	5 - CPF	6 - DATA DA ELEIÇÃO	7 - PRAZO DO MANDATO	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	CÁRMINE GRANDE	040.209.448-49	23/03/2004	ABRIL 2005	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
02	JOÃO ALFREDO DIAS LINS	027.023.637-68	23/03/2004	ABRIL 2005	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
03	ANTONIO MARCOS VIEIRA SANTOS	053.610.478-64	23/03/2004	ABRIL 2005	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
04	FERNANDO JOSÉ DA SILVA	636.345.038-15	23/03/2004	ABRIL 2005	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
05	ALBERTO VENÂNCIO FILHO	004.393.987-20	23/03/2004	ABRIL 2005	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
06	MÁRIO ANTONIO LUIZ CORRÊA	063.857.108-15	23/03/2004	ABRIL 2005	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
07	WOLFGANG EBERHARD ROHRBACH	016.771.448-15	23/03/2004	ABRIL 2005	45	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
08	NELSON DA SILVA GONÇALVES	513.868.367-53	23/03/2004	ABRIL 2005	48	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
09	MARCO ANTONIO HORTA PEREIRA	159.755.172-49	23/03/2004	ABRIL 2005	44	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS
10	HÉLIO WALTER FERNANDES DE OLIVEIRA	048.055.008-59	23/03/2004	ABRIL 2005	47	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS

01265-3

89.637.490/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

ALFREDO LOBL, 76 anos. Desde 1998 é membro do Conselho de Administração de Klabin S.A. (sucessora por incorporação de IKPC-Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. e de Indústrias Klabin S.A.). Foi Diretor Geral de IKPC-Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. e de Indústrias Klabin S.A. (1979-1998); Diretor Superintendente de Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A. (1973-1979); Diretor Superintendente de Papel e Celulose Catarinense S.A., posteriormente Celucat S.A. (1965-1973); Projetos de desenvolvimento no Brasil e no exterior para o Grupo Klabin (1960-1964); Gerente de Desenvolvimento de Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A. (1952-1960).

ARMANDO KLABIN, 72 anos, formado em engenharia mecânica pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (1955) e pós graduado pelo IMEDE - Program of Executive Development - PED, Lausanne, Suíça (1972). Diretor Presidente de Dawojobe Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A. Presidente da Companhia Sisal do Brasil - COSIBRA. Sócio-controlador da Aqüinor - Aqüicultura do Nordeste Ltda. Diretor Presidente de Ibitiguaia Agropecuária Ltda. - Fazenda Paraíso (MG) e Estância Miranda (MS). Diretor Presidente das seguintes instituições: Sociedade Israelita Brasileira - ORT e Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande. Presidente do Conselho de Administração da Colônia de Férias Henrique Lemle.

DANIEL MIGUEL KLABIN, 74 anos, formado em engenharia pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Presidente da DAMARO Comercial Agropecuária Ltda. Presidente de DARO Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Membro do Conselho Consultivo do Capítulo Brasileiro do CEAL (Conselho de Empresários da América Latina), desde 1990. Membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores. Fundador e 1º Presidente, atual Vice-Presidente do Conselho Curador do CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais). Conselheiro de Administração de Klabin S.A.

ISRAEL KLABIN, 76 anos, formado em engenharia civil e matemática pela Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Institut de Sciences Politiques. Diretor Presidente de Glimdas Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Diretor de Mekla Participações S.A. Presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Conselheiro de Administração de Klabin S.A.

LILIA KLABIN LEVINE, 64 anos, bacharel em direito pela Universidade Mackenzie, SP. Curso na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Curso extensivo de Administração de Empresas - Fundação Getúlio Vargas, SP. Presidente de LKL Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Diretora de Mekla Delta Participações S.A. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A.

MIGUEL LAFER, 64 anos. Conselheiro de Administração de Klabin S.A. Diretor e acionista de Miguel Lafer Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Diretor e acionista de Jacob Klabin Lafer Administração e Participações S.A., LPG Administração S.A., Haras Sete Cravos S.A. e VEMI Rural S.A. Diretor e quotista de Mekla Beta Participações Ltda., Novo Horizonte Agropecuária Ltda., Sete Cravos Participações Ltda., KL Participações Ltda. e KASSA-SP Participações Ltda.

01265-3

89.637.490/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

PAULO SERGIO COUTINHO GALVÃO FILHO, 42 anos. Formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica, SP (concentração em finanças). Especialização na University of Califórnia, San Diego University - Extension - Estrutura do Mercado Financeiro e Harvard Business School - Owner/President Management Program - Executive Education Program. Vice Presidente da GL S.A. Participações, sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Diretor de Tantra Participações Ltda., GL Agropecuária Ltda. e GEPEL Rural Ltda. Acionista e membro dos Conselho de Administração da Drogasil S.A. e da Klabin S.A.

PEDRO FRANCO PIVA, 70 anos, bacharel em direito pela Universidade de São Paulo. Diplomado pela Escola Superior de Guerra. Senador da República por São Paulo (1995-2002). Durante o mandato ocupou as cadeiras de: Presidência e Vice Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, membro titular das Comissões Mista de Orçamento, Economia, Relações Exteriores e Defesa Nacional, Infra-Estrutura, Fiscalização e Controle, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e suplente das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Educação. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A. Presidente da Presh S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Sócio Diretor de Sant'angelo Agropecuária Ltda. Presidente do Conselho Consultivo da Fundação Zerbini. Presidente do Conselho de Administração do Museu Brasileiro de Escultura - MUBE. Membro do Conselho de Administração de: Fundação Bial de São Paulo, Museu de Arte Moderna - MAM, Museu de Arte de São Paulo - MASP, Instituto de Estudos Avançados para o Desenvolvimento Industrial - IEDI. Membro do Conselho de Empresários da América Latina - CEAL e Membro do Conselho Consultivo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP.

ROBERTO LUIZ LEME KLABIN, 47 anos, bacharel em direito pela Universidade de São Paulo. Sócio gerente de KL & KL Participações S/C Ltda., Ibisco Participações Ltda., Grevilha Agropecuária Ltda., RK Hotéis e Turismo Ltda., e Caiman Agropecuária Ltda. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A. e Dixie-Toga S.A.; Diretor Vice Presidente da DT Participações S.A.; Membro do Conselho Consultivo da Conservation International do Brasil e da Renctas - Rede Nacional de Combate do Tráfico de Animais Silvestres. Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica e do Funbio - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade.

VERA LAFER, 66 anos. Diretora e acionista de VFV Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Diretora e quotista de Mekla Beta Participações Ltda., VL Participações Ltda., Novo Horizonte Agropecuária Ltda., VEMI Participações Ltda., Kla Gama Agropecuária Ltda. e Lavesube Comércio e Representações Ltda. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A.

OLAVO EGYDIO MONTEIRO DE CARVALHO, 61 anos. Curso técnico de engenharia mecânica na Technische Hochschule em Munique, Alemanha e estágios na Volkswagen, Wolfsburg, Alemanha, e no J. Henry Schroder Bank, Londres e Nova Iorque. De 1978 a 1996 foi Diretor Presidente de Monteiro Aranha S.A., participando da administração de empresas associadas como representante da holding. A partir de 1996, Presidente do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A., Diretor Presidente da Monteiro Aranha International Limited. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A., Oxiteno S.A. Indústria e Comércio, Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio e da Ad-Rio - Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro. Presidiu a Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Argentina. Membro do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos. Membro do Grupo Conceitual Brasil-Japão.

01265-3

89.637.490/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

SERGIO ALBERTO MONTEIRO DE CARVALHO, 59 anos. Formado em engenharia mecânica na Technische Hochschule em Munique, Alemanha e diplomado pela Escola Superior de Guerra. Atualmente exerce os cargos de: Conselheiro de Administração e Diretor Presidente da Monteiro Aranha S.A., 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente de Monteiro Aranha Participações S.A., Diretor da Sociedade Técnica Monteiro Aranha Ltda., Diretor Presidente da MASA Participações Metalúrgicas Ltda., Diretor da MASA Participações Petroquímicas Ltda., Diretor Vice Presidente da Monteiro Aranha International Limited, Diretor da Timbutuva Empreendimentos Ltda., Diretor Superintendente da Airquip Exportadora e Importadora Ltda., Conselheiro de Administração da IAPISA Agropecuária Industrial S.A. e de Klabin S.A. Sócio quotista da Narval Marine Serviços de Transportes Ltda.

ANA MARTA HORTA VELOSO, 35 anos, graduada em ciências econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1990. Mestrado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994. Ingressou no BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 1992, com atuação focada em mercado de capitais, tendo ocupado cargos de gerente. Atualmente exerce o cargo de Chefe do Departamento de Renda Variável da Área de Indústria. De agosto/2000 a agosto/2001 esteve licenciada do BNDES e atuou na área de pesquisas (research side) do Banco Pactual, com foco nos setores elétricos e de media. Conselheira de Administração de Klabin S.A. desde abril/2003.

ALBERTO KLABIN, 52 anos, formado em engenharia mecânica e de produção pela Pontifícia Universidade Católica, RJ. Diretor da 1+10 Empreendimentos Imobiliários Ltda. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

AMANDA KLABIN, 25 anos, cursando Administração de Empresas no IBMEC Rio de Janeiro, com conclusão prevista para julho/2004. Segundo grau concluído em junho/97, no Colégio Phillips Exeter Academy, nos Estados Unidos. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

EDGAR GLEICH, 57 anos, formado em engenharia mecânica de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Foi Gerente de Controladoria da Metal Leve S.A. e Diretor da Falkenburg Indústria de Produtos Alimentícios Ltda. Atualmente é membro do Conselho de Administração de Dixie-Toga S.A. e d Cinemark S.A., Presidente do Conselho Deliberativo da Associação George Mark Klabin de Assistência e Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

FRANCISCO LAFER PATI, 30 anos. Cursando Direito pelas Faculdades UNIP, com conclusão prevista para dezembro/2003. Acionista e diretor de VFV Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

GRAZIELA LAFER GALVÃO, 65 anos. Diretora e acionista da GL S.A. Participações, sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do grupo Klabin. Sócia, Diretora de Gepel Rural, sócia quotista de GL Agropecuária Ltda., sócia-gerente de Tantra Participações Ltda. e membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

HORACIO LAFER PIVA, 46 anos. Economista e pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A. Presidente da FIESP/CIESP - Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

01265-3

89.637.490/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

LEONARDO KLABIN, 50 anos, formado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sócio gerente de Mec Prec Mecânica de Precisão Ltda. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

MILDRED LAFER, 90 anos. Diretora de Jacob Klabin Lafer Administração e Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

ROBERTO KLABIN MARTINS XAVIER, 34 anos, bacharel em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), SP (1997). Master in Business Administration pela Business School of São Paulo (2000). Curso de Empresas Familiares na Universidade Adolpho Ibañez, Chile (1996). Acionista e Diretor de LKL Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

WOLFF KLABIN, 30 anos, formado em relações internacionais (cum laude) pela Universidade de Harvard, USA (1996). Iniciou carreira no Banco Goldman Sachs e posteriormente trabalhou nas áreas de fusões e aquisições e crédito do Banco JP Morgan. Fundou, em 1998, a K Capital Ltda., empresa de desenvolvimento de novos negócios. Atua como Diretor Superintendente da Aqüinor - Aqüicultura do Nordeste Ltda. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

RUI MANUEL DE MADEIROS D'ESPINEY PATRICIO, 71 anos. Curso superior na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1953). Curso complementar de Ciências Políticas e Econômicas na Universidade de Lisboa (1955). Curso intensivo de Administração de Empresas na Escola Superior de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (1975). Membro do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A., Monteiro Aranha Participações S.A., Oxiteno S.A., Oxiteno S.A. Comércio e Indústria, Cisper Companhia Industrial São Paulo e Rio S.A. Presidente do Conselho de Administração de AXA Seguros, Telesp Celular, Grupo Jerônimo Martins. Diretor Presidente da Mães - Administração, Participação e Consultoria. Sócio quotista e Diretor da Mael - Masa Empreendimentos Ltda. Consultor do Grupo Espírito Santo (Brasil) e Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

CELI ELISABETH JÚLIA MONTEIRO DE CARVALHO, 46 anos. Membro do Conselho de Administração de: Monteiro Aranha S.A. (desde maio/1981), Monteiro Aranha Participações (desde dezembro/1993). Membro da Diretoria de: Vice-Presidente de Monteiro Aranha S.A. (desde outubro/1994), Vice Presidente de Monteiro Aranha Participações (desde maio/1994). Membro do Conselho Consultivo do Banco Boa Vista Interatlântico (desde setembro/1997). Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A. (desde março/2004).

ANDRÉ BIAZUS, 39 anos, administrador de empresas formado pelas Faculdades Integradas Cândido Mendes, RJ (1986), pós graduado em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM (1992) e MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC Business School, RJ (1998). Iniciou sua carreira na Elebra Computadores como estagiário em 1986, passando a Analista de Orçamento (1987), Analista de Operações Comerciais (1987-1990) e Chefe de Operações Comerciais (1990/92). Ingressou no BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como Técnico da Área de Administração - Departamento Administrativo em 1992. Foi Técnico da Área de Administração no Departamento de Sistemas (1995/96), Técnico da Área Operacional - Departamento Comércio/Serviços (1996/97), Técnico da Área Operacional - Departamento Automotivo/Bens de Capital (1997/99), Assessor da Área de Infra-Estrutura (1999/2001) e atualmente exerce o cargo de Gerente da Área Industrial do Departamento de Papel e Celulose (desde julho/2001).

01265-3

89.637.490/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

CÁRMINE GRANDE, 71 anos, graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), em 1956. Atividades profissionais exercidas: Responsável pela área de cálculo de custos da Eli Lilly and Company of Brasil Inc. (1953/55); responsável pela administração das áreas de contabilidade, custos e cobrança da Cristais Prado S.A. (1957/60); Grupo GT&E - General Telephone & Eletronics: Assistente da Diretoria Financeira da Sylvania Produtos Elétricos/SP (1960/63), representante do Diretor Financeiro Geral da área do norte da América do Sul da General Telephone & Telectronics em Quito, Equador e em Caracas (Venezuela) (1963/67). Nas empresas Klabin atuou como membro da assessoria geral da controladora das empresas Klabin., onde, entre outros trabalhos, teve a oportunidade de implementar a primeira estrutura orçamentária integrada, incluindo matriz e subsidiárias (1968/80); foi Diretor de Klabin Campo Mourão Agro Florestal S.A. e de Madeireira Klabin do Paraná S.A. (1980/85). Foi Conselheiro Fiscal de empresas controladas direta e indiretamente por Klabin Irmãos & Cia.: Klabin Riocell S.A., Klabin Bacell S.A., Papel e Celulose Catatinense S.A. e Klabin Kimberly S.A. Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal de Klabin S.A. (desde 1985).

JOÃO ALFREDO DIAS LINS, 63 anos, graduado em ciências contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior, Rio de Janeiro, RJ, em 30 de julho de 1970. Iniciou sua carreira profissional em 1962 na empresa de auditoria externa Price Waterhouse & Peat, atual PriceWaterhouseCoopers, de onde saiu em abril de 1971 como gerente de auditoria. Ingressou em Klabin Irmãos & Cia. em maio do mesmo ano, desligando-se em dezembro de 1980, passando a exercer a atividade de consultor de empresas. Em 1988 cursou o Advanced Management Programme, ministrado pelo Institut Européen d'Administration des Affaires - INSEAD, em Fontainebleau, França. Conselheiro Fiscal de Klabin S.A. desde 13 de janeiro de 1981.

ANTONIO MARCOS VIEIRA SANTOS, 40 anos, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade São Judas Tadeu -São Paulo-SP, concluído em 1987, com atuação na área contábil desde 1985 e na área financeira há aproximadamente 15 anos, tendo ocupado cargos intermediários e de chefia em empresas como: Siemens e McCann Erickson Publicidade. Conselheiro Fiscal de Klabin S.A. desde abril de 1998.

FERNANDO JOSÉ DA SILVA, 50 anos, graduado em ciências contábeis pela Faculdades Metropolitanas Unidas em 1976 e Direito pela Universidade de São Paulo em 1984. Conselheiro Fiscal de Klabin S.A.

ALBERTO VENÂNCIO FILHO, 70 anos, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, diplomado em 1956 pela Faculdade Nacional de Direito da então Universidade do Brasil. É advogado militante no Rio de Janeiro desde 1957, pertencendo desde 1967 ao escritório Bulhões Pedreira, Bulhões Carvalho, Piva, Rosman e Souza Leão Advogados. Membro da American Political Science Association, do Instituto dos Advogados Brasileiros, da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Desempenhou funções em órgãos públicos como: Coordenador da Assessoria Técnica da Presidência da República (1961); Diretor Executivo do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1966-67); Membro do Conselho Consultivo da Fundação Casa de Rui Barbosa (1980-85). Em 1985, foi nomeado pelo Presidente da República (Decreto 91.450), membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais designada para elaborar anteprojeto de Constituição. Exerce em empresas privadas o cargo de membro do Conselho Administrativo das Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), Grupo CAEMI (1969-75). Membro suplente do Conselho Fiscal de Klabin S.A.

01265-3

89.637.490/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

MÁRIO ANTÔNIO LUIZ CORRÊA, 59 anos, graduado em administração de empresas (especialização na área financeira) e ciências contábeis. Experiência profissional nas áreas contábil, financeira e controladoria. Ex-membro do conselho fiscal das empresas Celucat S/A., Ponsa – Papelão Ondulado do Nordeste S/A, Bacell S/A. e Drogasil S/A. Diretor das empresas GL S/A Participações, Tantra Participações Ltda. e GL Agropecuária Ltda., desde 1984 e suplente do Conselho Fiscal de Klabin S/A.

WOLFGANG ENERHARD ROHRBACH, 63 anos, graduado em ciências econômicas pela Universidade de São Paulo, USP, em 1964. Especializado em análises de projetos nas áreas de papel e celulose, petroquímica, telecomunicações e agrobusiness. Ingressou na Monteiro Aranha S.A. em 1973 com atuação focada no acompanhamento de suas participações acionárias, ocupando cargos de controller na empresa e de conselheiro fiscal/diretor em coligadas. No passado, entre outros, foi membro do conselho fiscal da Volkswagen do Brasil S.A., Ericsson Telecomunicações S.A., Oxiteno S.A., bem como diretor de empresa do agrobusiness. Atualmente, além de Controller de Monteiro Aranha S.A., é conselheiro fiscal de Klabin S.A.

NELSON DA SILVA GONÇALVES, 46 anos, bacharel em ciências econômicas pela Faculdades Integradas Bennett (1980) e pós graduado em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Foi estagiário do departamento financeiro da Ishikawajima do Brasil S.A. - ISHIBRÁS (1977/78). Sênior da Divisão de Auditoria da Arthur Andersen (1979/84). Controller da United States Lines do Brasil S.A. (1984/87). Controller da Monteiro Aranha S.A. (holding) desde julho/1987). Membro suplente do Conselho Fiscal de Klabin S.A.

MARCO ANTONIO HORTA PEREIRA, 41 anos, graduado em ciências econômicas pela Universidade Federal do Amazonas, em 1991. Mestrado em Finanças e Investimento pela Universidade de Exeter (Inglaterra) em 1996. Funcionário do Banco do Brasil desde 1981, com atuação predominante na área de crédito geral. Foi gerente da área de mercado de capitais da PREVI de 1999 a 2001. De 2001 a 2003 esteve licenciado do Banco do Brasil e atuou como gerente de compliance e de análise da PETROS. Exerceu a função de conselheiro de administração e/ou fiscal em diversas empresas, sendo atualmente do Conselho de Administração da CADAM (Grupo Vale do Rio Doce) e do Conselho Fiscal da Klabin S.A. De volta ao Banco do Brasil desde outubro/2003, é Gerente de Divisão da Diretoria de Finanças, com atuação na área de tesouraria.

HÉLIO WALTER FERNANDES DE OLIVEIRA, 62 anos, graduado nos cursos de Ciências Matemáticas (1968), Ciências Econômicas (1972) e Ciências Contábeis (1974), todos pela Universidade de São Paulo (USP). Curso de especialização em Comércio Exterior, ministrado pelo Instituto de Administração da Faculdade de Economia e Administração da USP (1974). Ingressou no Banco do Brasil S.A. em 1962. Ao longo de 30 anos de efetivo exercício no Banco, especializou-se em Crédito Agrícola, Industrial, Câmbio, Comércio Exterior e Auditoria. Exerceu cargos de Administrador do Banco, no Brasil e exterior (Ásia, África e América do Sul), tendo atuado em missões governamentais em vários países. Exerceu funções de magistério em nível superior, na cidade de São Paulo. Participa atualmente de cursos de reciclagem na área de Finanças, Controle e Administração ministrados pela Universidade de Nova Iorque (EUA). Exerce funções de consultor econômico e financeiro. Membro suplente do Conselho de Administração da Brasil Ferrovias S.A., desde março/2000 e membro suplente do Conselho Fiscal da Klabin S.A., desde março/2004.

01265-3

89.637.490/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

MIGUEL SAMPOL POU, 65 anos, formado em engenharia civil pela Universidade do Paraná (1964), Master of Science em engenharia industrial pela Universidade de Stanford, USA (1970). Foi Diretor Presidente da Jarí Celulose S.A. (1987/91). Ingressou nas empresas Klabin em 1992, exercendo os cargos de Diretor de Planejamento, Diretor de Operações, Diretor Superintendente e atualmente exerce o cargo de Diretor Geral de Klabin S.A., acumulando o cargo de Diretor de Operações.

RONALD SECKELMANN, 48 anos, graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (1977). Atuou como analista financeiro na Cargill Agrícola (1978/80); Gerente de Controladoria Divisonal da Alcoa Alumínio S.A. (1980/88); Diretor de Planejamento e Controle da Cia. Vidraria Santa Marina S.A. (1988/92). Ingressou na empresa Igaras Papéis e Embalagens S.A., empresa incorporada por Klabin S.A. em 1992, atuando como Vice Presidente Administrativo Financeiro e Diretor Administrativo Financeiro e Operações. Atualmente exerce o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores de Klabin S.A. (desde 2000).

REINOLDO POERNBACHER, 61 anos, formado em engenharia química, com especialização em engenharia de processamento da área de petróleo e petroquímica pela Universidade Federal do Paraná. Atuou como engenheiro de processo na Petrobrás (1967). Atuação na área petroquímica de Camaçari, BA, a partir de 1971, concluída como Diretor Industrial na Companhia Química Metacil, em 1981. Foi Diretor Industrial e a seguir Diretor Financeiro da Copener Energética S.A. (1981/99), Diretor da Copener Florestal Ltda. e da Norcell S.A. (até maio/99). Ingressou nas empresas Klabin (Klabin Bacell - empresa pertencente ao Grupo até agosto/2003) em 1994. Atualmente exerce o cargo de Diretor Gerente da Klabin Florestal e da Área de Supply Chain de Klabin S.A. (desde 1999).

ANTONIO SERGIO ALFANO, 51 anos, graduado em administração de empresas pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, SP (1976). MBA pela Business School São Paulo, concluído em 1996. Ingressou nas empresas Klabin em 1974 como assessor geral no Departamento de Estudos Econômicos da Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Posteriormente atuou como responsável pelo acompanhamento econômico e financeiro de grande projeto de ampliação da fábrica de papel localizada no Paraná (1976-78), foi Gerente de Administração de Vendas (1979/82), Assessor da Diretoria de Comercialização (1983-85), Gerente de Marketing Corporativo (1986), Diretor Superintendente de Klabin Export, Diretor Financeiro de Norske Skog Klabin Comércio e Indústria (posteriormente denominada Klabin Monte Alegre Ind. e Com. Ltda.), empresas estas incorporadas por Klabin S.A. Diretor Financeiro de Klabin Bacell (empresa pertencente ao grupo Klabin até agosto/2003). Atualmente exerce o cargo de Diretor Planejamento e de Controle de Klabin S.A. (desde 2000).

CARLOS ALBERTO ENNES CARIELLO, 55 anos, engenheiro industrial mecânico formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense (1971). Trabalhou durante 28 anos no Grupo Caemi, onde atuou como Diretor de Recursos Humanos da Caemi Mineração, Presidente da Fundação Caemi de Previdência Social - FCPS. Anteriormente, na empresa Mineração Brasileiras Reunidas - MBR, desenvolveu as seguintes funções: Gerente de Operações Ferro (1978/88), Superintendente da Mina de Águas Claras (1985/87), Superintendente do Terminal Sepetiba, RJ (1976/85). Ingressou nas empresas Klabin em junho/2000, onde ocupa o cargo de Diretor de Recursos Humanos.

01265-3

89.637.490/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

WILBERTO LUIZ LIMA JUNIOR, 54 anos, bacharel em administração de empresas pela Universidade Souza Marques, Rio de Janeiro. MBA - Gestão Empresarial - Amaná Key (1990). MBA - Gestão de Negócios - Fundação Dom Cabral (2000). Communications Strategy - Kellog Institute, Northwestern University - USA (1996). Marketing Communications - School of Business Administration, Michigan University, USA (1995). Exerceu as seguintes atividades profissionais: Membro do Grupo de Trabalho da Comissão do Livro Técnico e Didático (Colted - MEC) - (1968), Chefe de Importação e Exportação da Casa da Moeda do Brasil, RJ (1968/76), Chefe de Departamento de Administração Geral da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., RJ (1976/86), Diretor da holding do Grupo Buaiz, ES (1986/87), Diretor de Assuntos Corporativos - América do Sul, da S.A. White Martins, RJ (1987/2000). Atualmente é membro do Conselho Diretor da Ação Comunitária, RJ, Membro do Conselho do Instituto Brasileiro de Saúde Ocular Helen Keller e Membro do Conselho da ONG Instituto Pró-Natura. Membro do Comitê de Corporate Affairs da Câmara Americana de Comércio de São Paulo. Ingressou nas empresas Klabin como Diretor de Assuntos Corporativos em maio/2000 e atualmente exerce o cargo de Diretor de Comunicação e Responsabilidade Social.

PAULO ROBERTO PETTERLE, 55 anos, formado em engenharia industrial mecânica pela Universidade Federal Fluminense (1970). cursou engenharia econômica e extensão no IMEDE, Lausane, Suíça. Ingressou nas empresas Klabin em 1970, atuando na Divisão Embalagens. Atualmente é Diretor Gerente da Unidade de Negócios Klabin Papéis e Klabin Sacos e Envelopes.

LUCAS LAMADRID GODINEZ, 54 anos, Máster in Business Administration pela Harvard University - USA. Atuou como Presidente da Lummus Corporation, em Columbus, Geórgia, USA (1998/99). Planejou e implementou a construção de uma nova fábrica. Atuou como Diretor Geral da Cummins da América Latina, com escritórios em Miami e São Paulo (1996/97), responsável por 35 pontos de distribuição. De 1993 a 1997 atuou como Presidente da Cummins do Brasil, onde foi responsável pela total integração do negócio. Ingressou na Klabin em 1999 e atualmente é Diretor Gerente da Unidade de Negócios Klabin Embalagens e comanda 11 fábricas.

DONALD ROSS SILVEIRA DA MOTA, 57 anos, formado em engenharia mecânica de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Curso extensivo em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e especialização em administração de empresas pela INSEAD, Fontainebleu, França. Ingressou nas empresas Klabin em 1976, atuando nas áreas de exportação, marketing e comercialização. Atualmente é Diretor Comercial da Unidade de Negócios Klabin Papéis.

Reapresentação Espontânea

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO						
9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL
	0	0,00	0	0,00	0	0,00

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO		
1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL							3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR		
15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)		15/3 - % PREFERENCIAIS							
001	KLABIN IRMÃOS & CIA.							60.485.034-0001/45	BRASILEIRA	SP
	163.798	51,66	0	0,00	163.798	17,83	31/03/2004	SIM	SIM	
002	MONTEIRO ARANHA S.A. (INVESTIDORA)							33.102.476-0001/92	BRASILEIRA	RJ
	63.458	20,02	33.142	5,51	96.600	10,51	31/03/2004	NÃO	NÃO	
003	NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.							04.047.019-0001/44	BRASILEIRA	SP
	24.700	7,79	0	0,00	24.700	2,69	31/03/2004	NÃO	SIM	
997	AÇÕES EM TESOURARIA									
	222	0,07	895	0,15	1.117	0,12				
998	OUTROS									
	64.871	20,46	567.714	94,34	632.585	68,85				
999	TOTAL									
	317.049	100,00	601.751	100,00	918.800	100,00				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA KLABIN IRMÃOS & CIA.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
-----------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
001001	JACOB KLABIN LAFER ADM. E PART. S.A.	51.559.573-0001/90	BRASILEIRA	SP		
1	12,52	0	0,00	1	12,52	31/03/2004
001002	MIGUEL LAFER PARTICIPAÇÕES S.A.	72.872.120-0001/90	BRASILEIRA	SP		
1	6,26	0	0,00	1	6,26	31/03/2004
001003	VFV PARTICIPAÇÕES S.A.	72.872.146-0001/38	BRASILEIRA	SP		
1	6,26	0	0,00	1	6,26	31/03/2004
001004	PRESH S.A.	53.728.903-0001/50	BRASILEIRA	SP		
1	12,52	0	0,00	1	12,52	31/03/2004
001005	GL S.A. PARTICIPAÇÕES	53.728.895-0001/41	BRASILEIRA	SP		
1	12,52	0	0,00	1	12,52	31/03/2004
001006	GLIMDAS PARTICIPAÇÕES S.A.	30.526.602-0001/48	BRASILEIRA	SP		
1	11,07	0	0,00	1	11,07	31/03/2004
001007	DARO PARTICIPAÇÕES S.A.	30.304.992-0001/01	BRASILEIRA	SP		
1	11,07	0	0,00	1	11,07	31/03/2004
001008	DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES S.A.	30.280.465-0001/04	BRASILEIRA	SP		
1	11,07	0	0,00	1	11,07	31/03/2004
001009	ESLI PARTICIPAÇÕES S.A.	53.601.423-0001/23	BRASILEIRA	SP		
1	8,36	0	0,00	1	8,36	31/03/2004

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA KLABIN IRMÃOS & CIA.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
-----------------	--	---

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		
001010		LKL PARTICIPAÇÕES S.A.				00.288.075-0001/10	BRASILEIRA	SP
	1 8,35	0	0,00	1	8,35	31/12/2002		
001999		TOTAL						
	10 100,00	0	0,00	10	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA JACOB KLABIN LAFER ADM. E PART. S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
001001001	MIGUEL LAFER				027.760.308-00	BRASILEIRA	SP
446.458.508	50,00	0	0,00	446.458.508	50,00		
001001002	VERA LAFER				380.289.138-49	BRASILEIRA	SP
446.458.508	50,00	0	0,00	446.458.508	50,00		
001001999	TOTAL						
892.917.016	100,00	0	0,00	892.917.016	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA MIGUEL LAFER PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
001002001	MIGUEL LAFER				027.760.308-00	BRASILEIRA	SP
928.270.312	99,99	0	0,00	928.270.312	99,99		
001002002	MILDRED LAFER				525.255.548-68	BRASILEIRA	SP
688	0,01	0	0,00	688	0,01		
001002999	TOTAL						
928.271.000	100,00	0	0,00	928.271.000	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001003	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA VFV PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
--------------------	--	---

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		
001003001		VERA LAFER				380.289.138-49	BRASILEIRA	SP
928.270.312	99,99	0	0,00	928.270.312	99,99			
001003002		OUTROS						
688	0,01	0	0,00	688	0,01			
001003999		TOTAL						
928.271.000	100,00	0	0,00	928.271.000	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001004	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA PRESH S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.

001004001	SYLVIA LAFER PIVA		045.528.048-71		BRASILEIRA		SP	
17.658.895	66,66	0	0,00	17.658.895	66,66			

001004002	PEDRO FRANCO PIVA		008.308.448-72		BRASILEIRA		SP	
12	0,01	0	0,00	12	0,01			

001004003	HORÁCIO LAFER PIVA		038.613.618-17		BRASILEIRA		SP	
2.943.151	11,11	0	0,00	2.943.151	11,11			

001004004	EDUARDO LAFER PIVA		029.198.238-76		BRASILEIRA		SP	
2.943.151	11,11	0	0,00	2.943.151	11,11			

001004005	REGINA PIVA COELHO DE MAGALHÃES		040.443.408-89		BRASILEIRA		SP	
2.943.151	11,11	0	0,00	2.943.151	11,11			

001004999	TOTAL							
26.488.360	100,00	0	0,00	26.488.360	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001005	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA GL S.A. PARTICIPAÇÕES	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
001005001	GRAZIELA LAFER GALVÃO				012.072.688-28	BRASILEIRA	SP
4.233.864	99,99	8.467.726	99,99	12.701.590	99,99		
001005002	OUTROS						
4	0,01	6	0,01	10	0,01		
001005999	TOTAL						
4.233.868	100,00	8.467.732	100,00	12.701.600	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001006	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA GLIMDAS PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
001006001	ISRAEL KLABIN		008.143.857-53	BRASILEIRA	RJ	
276.765	66,08	0	0,00	276.765	13,31	
001006002	GLIMDAS-ALPHA PARTICIPAÇÕES LTDA.		31.936.297-0001/25	BRASILEIRA	RJ	
142.020	33,91	0	0,00	142.020	6,82	31/03/2004
001006003	ALBERTO KLABIN		261.062.567-72	BRASILEIRA	RJ	
0	0,00	276.787	16,67	276.787	13,31	
001006004	LEONARDO KLABIN		375.332.587-20	BRASILEIRA	RJ	
0	0,00	276.787	16,67	276.787	13,31	
001006005	STELA KLABIN		375.332.407-82	BRASILEIRA	RJ	
0	0,00	276.787	16,67	276.787	13,31	
001006006	MARIA KLABIN		051.366.027-59	BRASILEIRA	RJ	
0	0,00	276.787	16,67	276.787	13,31	
001006007	DAN KLABIN		052.116.597-08	BRASILEIRA	RJ	
0	0,00	276.787	16,66	276.787	13,31	
001006008	GABRIEL KLABIN		101.169.347-00	BRASILEIRA	RJ	
0	0,00	276.787	16,66	276.787	13,31	
001006009	ESPÓLIO DE MAURICIO KLABIN					
29	0,01	0	0,00	29	0,01	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001006	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA GLIMDAS PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
--------------------	--	---

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		
001006999				TOTAL				
418.814	100,00	1.660.722	100,00	2.079.536	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001006002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA GLIMDAS-ALPHA PARTICIPAÇÕES LTDA.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
-----------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
001006002001	ISRAEL KLABIN		008.143.857-53	BRASILEIRA	RJ	
4.072	14,31	0	0,00	4.072	14,31	
001006002002	ALBERTO KLABIN		261.062.567-72	BRASILEIRA	SP	
4.071	14,28	0	0,00	4.071	14,28	
001006002003	LEONARDO KLABIN		375.332.587-20	BRASILEIRA	RJ	
4.071	14,28	0	0,00	4.071	14,28	
001006002004	STELA KLABIN		375.332.407-82	BRASILEIRA	RJ	
4.071	14,28	0	0,00	4.071	14,28	
001006002005	MARIA KLABIN		051.366.027-59	BRASILEIRA	RJ	
4.071	14,28	0	0,00	4.071	14,28	
001006002006	DAN KLABIN		052.116.597-08	BRASILEIRA	RJ	
4.071	14,28	0	0,00	4.071	14,28	
001006002007	GABRIEL KLABIN		101.169.347-00	BRASILEIRA	RJ	
4.071	14,28	0	0,00	4.071	14,28	
001006002008	OUTROS					
2	0,01	0	0,00	2	0,01	
001006002999	TOTAL					
28.500	100,00	0	0,00	28.500	100,00	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001007	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA DARO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
001007001	DANIEL MIGUEL KLABIN				008.143.777-34	BRASILEIRA	RJ
2.645.466	100,00	0	0,00	2.645.466	53,06		
001007002	ROSE KLABIN				047.868.967-56	BRASILEIRA	RJ
0	0,00	780.000	33,33	780.000	15,65		
001007003	AMANDA KLABIN				047.868.957-84	BRASILEIRA	RJ
0	0,00	780.000	33,33	780.000	15,65		
001007004	DAVID KLABIN				047.868.947-02	BRASILEIRA	RJ
0	0,00	780.000	33,34	780.000	15,64		
001007999	TOTAL						
2.645.466	100,00	2.340.000	100,00	4.985.466	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001008	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
001008001	ARMANDO KLABIN		008.144.407-97	BRASILEIRA	RJ	
	4	100,00		0	0,00	4 0,00
001008002	WOLFF KLABIN		018.376.457-95	BRASILEIRA	RJ	
	0	0,00	442.878.289	25,00	442.878.289	25,00
001008003	DANIELA KLABIN		018.376.287-85	BRASILEIRA	RJ	
	0	0,00	442.878.289	25,00	442.878.289	25,00
001008004	BERNARDO KLABIN		051.864.937-75	BRASILEIRA	RJ	
	0	0,00	442.878.289	25,00	442.878.289	25,00
001008005	JOSÉ KLABIN		028.464.277-04	BRASILEIRA	RJ	
	0	0,00	442.878.289	25,00	442.878.289	25,00
001008999	TOTAL					
	4	100,00	1.771.513.156	100,00	1.771.513.160	100,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001009	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA ESLI PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
001009001	ESTHER KLABIN LANDAU				098.267.268-34	BRASILEIRA	SP
17.673.750	99,99	0	0,00	17.673.750	99,99		
001009002	ALFRED LANDAU				022.917.978-91	BRASILEIRA	SP
10	0,01	0	0,00	10	0,01		
001009999	TOTAL						
17.673.760	100,00	0	0,00	17.673.760	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001010	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA LKL PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2002
--------------------	--	---

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		
001010001		LILIA KLABIN LEVINE				300.825.448-91	BRASILEIRA	SP
17.933.200	99,99	0	0,00	17.933.200	99,99			
001010002		OUTROS						
300	0,01	0	0,00	300	0,01			
001010999		TOTAL						
17.933.500	100,00	0	0,00	17.933.500	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA MONTEIRO ARANHA S.A. (INVESTIDORA)	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
-----------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
002001	JOAQUIM FRANCISCO MONTEIRO DE CARVALHO		007.906.057-91	BRASILEIRA	RJ	
1.626.651.965	14,03	0	0,00	1.626.651.965	14,03	
002002	FDO PENSÃO DO BC. ESP. S.E CIAL LISBOA			PORTUGUESA		
1.168.120.757	10,07	0	0,00	1.168.120.757	10,07	
002003	DRESDNER BANK AG			ALEMANHA		
1.159.759.765	10,00	0	0,00	1.159.759.765	10,00	
002004	BRADESCO CAPITALIZAÇÃO		33.010.851-0001/74	BRASILEIRA	RJ	
1.192.483.939	10,28	0	0,00	1.192.483.939	10,28	26/12/2003
002005	SOC.TÉCNICA MONTEIRO ARANHA LTDA.		33.053.976-0001/81	BRASILEIRA	RJ	
961.337.879	8,30	0	0,00	961.337.879	8,30	10/12/2001
002006	OLAVO EGYDIO MONTEIRO DE CARVALHO		007.260.107-82	BRASILEIRA	RJ	
905.042.208	7,80	0	0,00	905.042.208	7,80	
002007	AMC PARTICIPAÇÕES S/C LTDA.		00.214.211-0001/27	BRASILEIRA	RJ	
599.525.779	5,17	0	0,00	599.525.779	5,17	10/12/2001
002008	CEJMC PARTICIPAÇÕES S/C LTDA.		00.119.692-0001/91	BRASILEIRA	RJ	
599.525.779	5,17	0	0,00	599.525.779	5,17	10/12/2001
002009	SAMC PARTICIPAÇÕES S/C LTDA.		00.119.690-0001/00	BRASILEIRA	RJ	
599.525.779	5,17	0	0,00	599.525.779	5,17	10/12/2001

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA MONTEIRO ARANHA S.A. (INVESTIDORA)	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
-----------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
002010	JOAQUIM ALVARO MONTEIRO DE CARVALHO				260.659.917-91	BRASILEIRA	RJ
482.525.780	4,16	0	0,00	482.525.780	4,16		
002011	AÇÕES EM TESOURARIA						
195.398.211	1,68	0	0,00	195.398.211	1,68		
002012	OUTROS						
2.107.699.809	18,17	0	0,00	2.107.699.809	18,17		
002999	TOTAL						
11.597.597.650	100,00	0	0,00	11.597.597.650	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002004	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA BRADESCO CAPITALIZAÇÃO	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 26/12/2003
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
002004001	BRADESCO SEGUROS S/A				33.055.146-0001/93	BRASILEIRA	RJ
323.187	99,63	0	0,00	323.187	99,63	28/03/2003	
002004002	OUTROS						
1.200	0,37	0	0,00	1.200	0,37		
002004999	TOTAL						
324.387	100,00	0	0,00	324.387	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002004001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA BRADESCO SEGUROS S/A	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 28/03/2003
-----------------------	--	---

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		
002004001001		BANCO BRADESCO S/A				60.746.948-0001/12	BRASILEIRA	SP
625.315	99,70	0	0,00	625.315	99,70	17/12/2003		
002004001002		OUTROS						
1.862	0,30	0	0,00	1.862	0,30			
002004001999		TOTAL						
627.177	100,00	0	0,00	627.177	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002004001001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA BANCO BRADESCO S/A	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 17/12/2003
--------------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.

002004001001001	CIDADE DE DEUS CI CIAL DE PART.					61.529.343-0001/32	BRASILEIRA	SP
38.100.432	47,69	10.380	0,01	38.110.812	24,03	05/01/2004		

002004001001002	FUNDAÇÃO BRADESCO					60.701.521-0001/06	BRASILEIRA	SP
12.896.216	16,14	1.896.539	2,41	14.792.755	9,33			

002004001001003	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S/A							
3.994.701	5,00	3.934.697	5,00	7.929.398	5,00			

002004001001004	OUTROS							
24.902.656	31,17	72.852.320	92,58	97.754.976	61,64			

002004001001999	TOTAL							
79.894.005	100,00	78.693.936	100,00	158.587.941	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002004001001001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA CIDADE DE DEUS CI CIAL DE PART.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 05/01/2004
-----------------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.

002004001001001001	NOVA CIDADE DE DEUS PART. S/A					04.866.462-0001/47	BRASILEIRA	SP
2.204.062.097	44,22	0	0,00	2.204.062.097	44,22	10/03/2004		

002004001001001002	FUNDAÇÃO BRADESCO					60.701.521-0001/06		
1.629.622.730	32,69	0	0,00	1.629.622.730	32,69			

002004001001001003	LIA MARIA AQUIAR						BRASILEIRA	SP
417.744.408	8,38	0	0,00	417.744.408	8,38			

002004001001001004	LINA MARIA AGUIAR						BRASILEIRA	SP
417.744.408	8,38	0	0,00	417.744.408	8,38			

002004001001001005	OUTROS							
315.378.857	6,33	0	0,00	315.378.857	6,33			

002004001001001999	TOTAL							
4.984.552.500	100,00	0	0,00	4.984.552.500	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002004001001001001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA NOVA CIDADE DE DEUS PART. S/A	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 10/03/2004
--------------------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
002004001001001001001	FUNDAÇÃO BRADESCO				60.701.521-0001/06	BRASILEIRA	SP
85.895.018	46,30	196.575.069	98,35	282.470.087	73,29		
002004001001001001002	CX BENEF. FUNCION. BRADESCO				60.514.379-0001/80	BRASILEIRA	SP
0	0,00	3.301.691	1,65	3.301.691	0,86		
002004001001001001003	ELO PARTICIPAÇÕES S/A				02.863.655-0001/19	BRASILEIRA	SP
99.616.804	53,70	0	0,00	99.616.804	25,85		
002004001001001001999	TOTAL						
185.511.822	100,00	199.876.760	100,00	385.388.582	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002005	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA SOC.TÉCNICA MONTEIRO ARANHA LTDA.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 10/12/2001
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
002005001	JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO					BRASILEIRA	RJ
15.163.633	99,99	0	0,00	15.163.633	99,99		
002005002	OUTROS						
3	0,01	0	0,00	3	0,01		
002005999	TOTAL						
15.163.636	100,00	0	0,00	15.163.636	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002007	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AMC PARTICIPAÇÕES S/C LTDA.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 10/12/2001
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
002007001	ASTRID MONTEIRO DE CARVALHO				018.346.197-50	BRASILEIRA	RJ
4.015.162	99,99	0	0,00	4.015.162	99,99		
002007002	SOCIEDADE TÉCNICA MONTEIRO ARANHA LTDA				33.053.976-0001/81	BRASILEIRA	RJ
1	0,01	0	0,00	1	0,01		
002007999	TOTAL						
4.015.163	100,00	0	0,00	4.015.163	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002008	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA CEJMC PARTICIPAÇÕES S/C LTDA.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 10/12/2001
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
002008001	CELI ELISABETE JULIA M. DE CARVALHO				428.912.807-68	BRASILEIRA	RJ
2.923.469	99,99	0	0,00	2.923.469	99,99		
002008002	SOCIEDADE TÉCNICA MONTEIRO ARANHA LTDA				33.053.976-0001/81	BRASILEIRA	RJ
1	0,01	0	0,00	1	0,01		
002008999	TOTAL						
2.923.470	100,00	0	0,00	2.923.470	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002009	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA SAMC PARTICIPAÇÕES S/C LTDA.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 10/12/2001
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
002009001	SERGIO ALBERTO MONTEIRO DE CARVALHO					BRASILEIRA	RJ
2.923.469	99,99	0	0,00	2.923.469	99,99		
002009002	SOC. TECNICA MONTEIRO ARANHA LTDA.				33.053.976-0001/81	BRASILEIRA	RJ
1	0,01	0	0,00	1	0,01		
002009999	TOTAL						
2.923.470	100,00	0	0,00	2.923.470	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 003	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2004
-----------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
003001	KL PARTICIPAÇÕES LTDA.		56.145.634-0001/97	BRASILEIRA	SP	
6.076.071	25,05	0	0,00	6.076.071	25,05	31/12/2002
003002	GL S.A. PARTICIPAÇÕES		53.728.895-0001/41	BRASILEIRA	SP	
3.038.061	12,52	0	0,00	3.038.061	12,52	31/12/2002
003003	KLA RO PARTICIPAÇÕES LTDA.		56.145.709-0001/30	BRASILEIRA	RJ	
2.686.869	11,07	0	0,00	2.686.869	11,07	31/12/2002
003004	KLA PI PARTICIPAÇÕES LTDA.		56.145.741-0001/15	BRASILEIRA	RJ	
2.686.869	11,07	0	0,00	2.686.869	11,07	31/12/2002
003005	DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES S/A		30.280.465-0001/04	BRASILEIRA	RJ	
2.686.869	11,07	0	0,00	2.686.869	11,07	
003006	MEKLA DELTA PARTICIPAÇÕES LTDA.		53.264.727-0001/42	BRASILEIRA	SP	
4.050.722	16,70	0	0,00	4.050.722	16,70	31/12/2002
003007	PEDRO FRANCO PIVA		008.308.448-72	BRASILEIRA	SP	
3.038.061	12,52	0	0,00	3.038.061	12,52	
003999	TOTAL					
24.263.522	100,00	0	0,00	24.263.522	100,00	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 003001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA KL PARTICIPAÇÕES LTDA.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2002
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
003001001	JACOB KLABIN LAFER ADM. E PART. S/A				51.559.573-0001/90	BRASILEIRA	SP
	1	99,99	0	0,00	1	99,99	
003001002	MIGUEL LAFER				027.760.308-00	BRASILEIRA	SP
	1	0,01	0	0,00	1	0,01	
003001999	TOTAL						
	2	100,00	0	0,00	2	100,00	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 003002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA GL S.A. PARTICIPAÇÕES	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2002
--------------------	---	---

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 003003	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA KLA RO PARTICIPAÇÕES LTDA.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2002
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
003003001	GLIMDAS PARTICIPAÇÕES S.A.		30.526.602-0001/48	BRASILEIRA	RJ	
20.421.452.628	99,99	0	0,00	20.421.452.628	99,99	
003003002	OUTROS					
43.261	0,01	0	0,00	43.261	0,01	
003003999	TOTAL					
20.421.495.889	100,00	0	0,00	20.421.495.889	100,00	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 003004	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA KLA PI PARTICIPAÇÕES LTDA.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2002
--------------------	--	---

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		
003004001		DARO PARTICIPAÇÕES S/A				30.304.992-0001/01	BRASILEIRA	RJ
	1 99,99	0	0,00	1	99,99			
003004002		OUTROS						
	2 0,01	0	0,00	2	0,01			
003004999		TOTAL						
	3 100,00	0	0,00	3	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 003006	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA MEKLA DELTA PARTICIPAÇÕES LTDA.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2002
--------------------	---	---

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		
003006001		ESLI PARTICIPAÇÕES S/A				53.601.423-0001/23	BRASILEIRA	SP
	1 99,99	0	0,00	1	99,99			
003006002		OUTROS						
	2 0,01	0	0,00	2	0,01			
003006999		TOTAL						
	3 100,00	0	0,00	3	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração:

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	NOMINATIVA		317.049	276.055	276.055
02	PREFERENCIAIS	NOMINATIVA		601.751	523.945	523.945
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			918.800	800.000	800.000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	17/04/2001	262.229	35.632	Reserva de Capital	0	0,0000000000
02	28/12/2001	800.000	533.771	Incorporação de Empresas	778.057	0,0000000000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Mil)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Mil)
01	26/10/2001			492.601	140.743

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
0	0	

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
---------	-------------	------------	---

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

05.01 - AÇÕES EM TESOURARIA

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	3 - CLASSE	4 - REUNIÃO	5 - PRAZO PARA AQUISIÇÃO	6 - QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA (Mil)	7 - MONTANTE A SER DESEMBOLSADO (Reais Mil)	8 - QUANTIDADE JÁ ADQUIRIDA (Mil)	9 - MONTANTE JÁ DESEMBOLSADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS		10/12/1990	AGE AQU.FRAÇÃO	1	0	0	0
02	PREFERENCIAIS		10/12/1990	AGE AQU.FRAÇÃO	1	0	0	0
03	ORDINÁRIAS		24/11/2000	AGE DISSIDÊNCIA	11	0	0	20
04	ORDINÁRIAS		28/12/2001	CONTRATO	9.875	0	0	38
05	PREFERENCIAIS		28/12/2001	CONTRATO	894.217	0	0	3.505
06	ORDINÁRIAS		28/12/2001	AGE DISSIDÊNCIA	199.501	0	0	321
07	PREFERENCIAIS		28/12/2001	AGE DISSIDÊNCIA	167	0	0	1

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO		5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTOS.
12.1 - VALOR DISTRIBUIDO	12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO		15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO		16 - OBSERVAÇÃO				
001	31/12/2002	78.610	DIVIDENDO		RCA	04/01/2002	ORDINÁRIA		9.714	0,0306400000	0
0,0000000000	0,0000000000	28/01/2002	0,0000000000								
002	31/12/2002	78.610	DIVIDENDO		RCA	04/01/2002	PREFERENCIAL		20.285	0,0337100000	0
0,0000000000	0,0000000000	28/01/2002	0,0000000000								
003	31/12/2003	1.000.879	DIVIDENDO		RCA	19/09/2003	ORDINÁRIA		21.386	0,0675000000	0
0,0000000000	0,0000000000	10/10/2003	0,0000000000								
004	31/12/2003	1.000.879	DIVIDENDO		RCA	19/09/2003	PREFERENCIAL		44.613	0,0742500000	0
0,0000000000	0,0000000000	10/10/2003	0,0000000000								
005	31/12/2003	1.000.879	DIVIDENDO		AGO	23/03/2004	ORDINÁRIA		64.883	0,2047900000	0
0,0000000000	0,0000000000	12/04/2004	0,0000000000								
006	31/12/2003	1.000.879	DIVIDENDO		AGO	23/03/2004	PREFERENCIAL		135.355	0,2252700000	0
0,0000000000	0,0000000000	12/04/2004	0,0000000000								

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		34,51	NÃO		PLENO	80,00	NÃO	
NÃO	MÍNIMO	25,00	0,00000	NÃO	NÃO	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO			
02	PREFERENCIAL		65,49	NÃO		RESTRITO	0,00	SIM	
NÃO	10% SUPERIOR A ORD	0,00	0,00000	NÃO	SIM	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO			

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
	0,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
	0	

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	1.000.879	0	78.610
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	208.296	0

01265-3

89.637.490/0001-45

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

KLABIN: TRADIÇÃO, MODERNIDADE E CRESCIMENTO

A trajetória centenária da Klabin teve início em 1899, quando as famílias Klabin e Lafer fundaram a Klabin Irmãos & Cia., em São Paulo, para importação e comercialização de artigos de escritórios e tipografia. Os negócios prosperaram e, quatro anos depois, a empresa já entrava no segmento no qual passaria a fazer história: a produção de papel. O arrendamento de uma pequena fábrica permitiu o começo da produção de folhas para impressão.

Em 1909, a Klabin constituiu sua própria fábrica, a Companhia Fabricadora de Papel, que nos anos 20 já figurava entre os maiores produtores de papel do Brasil. A marca dos empreendedores sempre foi buscar a inovação, o que exigia viagens regulares à Europa em busca de novas técnicas de produção. Dentro desse espírito, a empresa deu seu grande salto em 1934, com a fundação da Klabin do Paraná, a primeira fábrica integrada de celulose e papel do País.

O ambicioso projeto desenvolvido na Fazenda Monte Alegre, no oeste do Paraná, resultou na produção, em 1947, de papel jornal e para embalagem. A necessidade de se obter matéria-prima local levou a Klabin a pesquisar a formação de uma base florestal capaz de suprir a fábrica. O primeiro projeto de reflorestamento da Klabin teve início em 1943, inicialmente com Araucária e Eucalipto e depois, na década de 50, com Pinus.

O resultado desta preocupação é o mosaico existente atualmente, onde os reflorestamentos com as diferentes espécies estão entremeados com áreas de florestas nativas. Na área fabril, a Klabin conquistou o reconhecimento da indústria pela introdução de modernas tecnologias, como as caldeiras de recuperação, integradas a processos que aumentaram significativamente a produtividade e a proteção ambiental. Desde essa época, a Klabin já desenvolvia sua cultura de desenvolvimento sustentável.

Nas décadas seguintes, a Klabin consolidou sua liderança e expandiu seus mercados, fundando e adquirindo outras empresas. Nos anos 70, avançou firmemente sobre o segmento de embalagens, produzindo caixas de papelão ondulado, sacos e envelopes até se tornar a maior fabricante integrada de celulose, papel e produtos de papel da América Latina.

Em 2003, a empresa passou por um profundo processo de reestruturação financeira. Em 31 de março de 2003, o contrato da joint venture da Klabin S.A. com a Norske Skog, iniciado em 2000, foi encerrado, conforme previsão inicial, data em que a Klabin deixou de produzir papel imprensa. No dia 2 de julho de 2003, a Klabin anunciou o Acordo de Investimento, objetivando a subscrição e integralização de aumento de capital, pela Aracruz Celulose S.A. e Aracruz Trading S.A., na Riocell S.A. e, posteriormente, a aquisição, pela Riocell S.A. de suas próprias ações, detidas pela Klabin o que resultou na saída da Klabin dessa sociedade. O valor do investimento da Aracruz na Riocell equivaleu, em reais, a US\$ 610,5 milhões.

01265-3

89.637.490/0001-45

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

No dia 7 de agosto de 2003, a Klabin concretizou a venda, para a Kimberly-Clark Tissue do Brasil Ltda e Kimberly-Clark Argentina S.A., de sua participação de 50% nas sociedades Klabin Kimberly S.A. (Brasil) e KCK Tissue S.A (Argentina). O valor total do negócio em Reais foi de R\$ 408,06 milhões, equivalentes a US\$ 134,4 milhões. Esse valor compreendeu o pagamento em dinheiro do equivalente em Reais a US\$ 112,8 milhões, mais o efeito da não consolidação de dívidas no valor de US\$ 21,6 milhões

Finalmente, no dia 20 de agosto de 2003, a Klabin anunciou a venda de sua participação acionária de 81,711% do capital total da Klabin Bacell S.A. (Bacell) pelo equivalente em Reais a US\$ 91,206 milhões. O contrato foi assinado com a RGM International PTE Ltda (RGM), grupo empresarial asiático, sediado em Singapura, com negócios em várias áreas da indústria de base. O fechamento do negócio ocorreu em 30 de setembro de 2003 e a avaliação da Bacell considerada para o negócio foi de US\$ 111,6 milhões.

Hoje a empresa é líder no País na fabricação de papéis e cartões para embalagem e embalagens de papel e possui atualmente 18 unidades industriais no Brasil – distribuídas por oito estados – e uma na Argentina. Sua linha de produtos abrange papéis e cartões para embalagens, caixas de papelão ondulado, sacos multifolhados e envelopes, além de madeira em toras.

A Klabin é a única produtora de cartões para embalagens de líquidos na América Latina. Ao todo, produz 1,5 milhão de toneladas de papéis para embalagens por ano. Um terço da produção é exportada para mais de 50 países, em todos os continentes. Responsável por 6% de todo o kraftliner (papel para fabricação de caixas de papelão ondulado e sacos) comercializado internacionalmente, a empresa gera 12 mil empregos diretos e indiretos.

A prática de suas atividades florestais dentro dos mais elevados padrões internacionais, no pleno exercício do desenvolvimento sustentável, com utilização economicamente viável de florestas e resultados socialmente justos e ambientalmente corretos, proporcionou à Klabin o pioneirismo na obtenção do selo Forest Stewardship Council (FSC), a mais exigente e respeitada certificadora florestal do mundo.

A empresa foi a primeira do hemisfério sul, no setor de papel e celulose, a receber a certificação do FSC, em 1998. Em 2004, os procedimentos de manejo florestal, produção de mudas e sementes, além da cadeia de custódia de produtos madeireiros e não-madeireiros, da Klabin no Paraná, foram certificados novamente pelo FSC por mais um período de cinco anos.

A Klabin foi a primeira companhia do mundo a ter produtos florestais não-madeireiros certificados pelo FSC, devido ao manejo de plantas medicinais e cadeia de custódia de fitoterápicos e fitocosméticos, no Paraná. A utilização racional da biodiversidade de suas florestas reforça a postura histórica da empresa.

01265-3

89.637.490/0001-45

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A Klabin é a maior recicladora de papel do Brasil, com capacidade para reciclagem de 400 mil toneladas de papel por ano. Recentemente, associada com a Tetra Pak, TSL Ambiental e Alcoa, a Klabin iniciou o desenvolvimento de uma nova tecnologia, inédita no mundo, de reciclagem total de embalagens longa vida.

A Klabin aderiu, em 2004, ao Chicago Climate Exchange (CCX), organização internacional de intercâmbio de emissões de gases geradores de efeito estufa, sendo a primeira empresa a apresentar a essa entidade projeto florestal de seqüestro de carbono. Com isso, habilitou-se a vender créditos de carbono para empresas integrantes da organização que necessitam tomar medidas para redução e controle de gases causadores do aquecimento global.

Aos 105 anos de existência, a Klabin tem orgulho de ter se mantido sempre sob o controle acionário da família de seus fundadores, e de hoje ser uma empresa brasileira reconhecida internacionalmente pelos altos padrões de qualidade de seus produtos e dotada de um profundo respeito pela natureza.

01265-3

89.637.490/0001-45

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O Setor de Papel e Celulose no Brasil

A indústria brasileira de papel e celulose é diversificada, utiliza tecnologia moderna e tem forte potencial de crescimento nos mercados nacional e internacional. Em 2002, o Brasil era o décimo primeiro maior produtor de papel e o sétimo maior produtor de celulose no mundo.

A produção brasileira de papel e celulose no Brasil, em 2003, estava dividida conforme as tabelas abaixo:

Maiores Fabricantes de Papel e Celulose e suas Participações na Produção Nacional
 Em toneladas

PAPEL	Produção(t)		Participação(%)		CELULOSE	Produção(t)		Participação(%)	
	2002	2003(*)	2002	2003		2002	2003(*)	2002	2003
Klabin SA	1.609.230	1.397.959	20,70	17,90	Aracruz Celulose SA	1.656.048	2.227.870	20,38	24,21
Suzano Bahia Sul	768.787	784.462	9,89	10,04	Klabin SA ⁽¹⁾	1.581.215	1.438.589	19,46	15,64
International Paper do Brasil Ltda	591.017	609.957	7,60	7,81	Votorantim Celulose e Papel SA	804.749	1.131.052	9,90	12,29
Votorantim Celulose e Papel SA	569.558	578.636	7,33	7,41	Suzano Bahia Sul	1.012.530	1.033.762	12,46	11,24
Ripasa SA Celulose e Papel	386.797	458.855	4,98	5,87	Celulose Nipo-Brasileira SA Cenibra	830.813	885.820	10,22	9,63
Rigesa Celulose, Papel e Embs Ltda	297.144	308.588	3,82	3,95	International Paper do Brasil Ltda	426.882	436.856	5,25	4,75
Orsa Celulose e Papel SA	267.682	261.571	3,44	3,35	Ripasa SA Celulose e Papel	305.505	423.796	3,76	4,61
Trombini Embalagens Ltda	200.762	182.164	2,58	2,33	Jari Celulose SA	290.365	340.977	3,57	3,71
Norske Skog Pisa Ltda	172.960	174.120	2,22	2,23	Rigesa Celulose, Papel e Embs Ltda	205.339	210.052	2,53	2,28
Celulose Irani SA	134.880	146.901	1,74	1,88	Norske Skog Pisa Ltda	147.286	153.535	1,81	1,67
Santher - Fca Papel Sta Therezinha S	126.223	138.240	1,62	1,77	Lwarcel Celulose e Papel Ltda	106.584	130.084	1,31	1,41
Ind de Papel e Papelão S Roberto SA	79.924	84.813	1,03	1,09	Iguaçu Celulose, Papel SA	91.072	89.472	1,12	0,97
Santa Maria - Cia de Papel e Celulos	77.680	79.780	1,00	1,02	Orsa Celulose e Papel SA	85.412	86.229	1,05	0,94
Inpa - Ind de Embs Santana SA	76.304	79.529	0,98	1,02	Celulose Irani SA	77.611	84.447	0,95	0,92
Papirus Ind de Papel SA	68.980	76.362	0,89	0,98	Cocelpa - Cia de Cel e Papel do Paran	47.658	54.673	0,59	0,59
Madeireira Miguel Forte SA	67.425	67.534	0,87	0,86	Itapagé SA Cel, Papéis e Artefatos	53.821	53.821	0,66	0,58
Adami SA Madeiras	66.797	66.797	0,86	0,86	Nobrecel SA - Celulose e Papel	58.537	50.569	0,72	0,55
Itapagé SA Cel, Papéis e Artefatos	61.840	61.840	0,80	0,79					
Melhoramentos Papéis Ltda	61.860	61.210	0,80	0,78	Subtotal	7.781.427	8.831.604	95,74	95,99
MD Papéis Ltda	59.418	60.337	0,76	0,77	Demais	346.088	369.357	4,26	4,01
Paraibuna Papéis SA	68.092	60.331	0,88	0,77					
Cocelpa-Cia de Cel e Papel do Paran	59.517	58.322	0,77	0,75					
Subtotal	5.872.877	5.798.308	75,55	74,23	TOTAL ⁽¹⁾	8.127.515	9.200.961	100,00	100,00
Demais	1.901.036	2.012.829	24,45	25,77					

(1) Inclui celulose solúvel

(*) Preliminar

(*) Preliminar

A indústria brasileira de papel e cartão ocupa uma posição privilegiada no cenário mundial, por ser o Brasil um dos países produtores de papel e cartão de mais baixo custo do mundo, com crescimento rápido de árvores e um sistema de produção eficiente, conforme demonstrado mais adiante. A demanda doméstica é também um fator que beneficia a indústria, pelo constante crescimento decorrente do aumento da demanda da indústria nacional. Ressalvado o papel para impressão de jornal, quase todo o papel consumido no Brasil é produzido internamente, sendo as importações responsáveis por 8,7% do total de papel consumido em 2003.

A Economia e o Setor de papel e celulose no Brasil

De acordo com dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB do Brasil apresentou uma variação negativa de 0,2% em 2003 em relação a 2002.

01265-3

89.637.490/0001-45

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Em 2003, o setor industrial e de serviços apresentaram queda de 1,0% e 0,1%, respectivamente, e o setor agropecuário registrou crescimento de 5,0%. O saldo da balança comercial registrou superávit de US\$ 24,8 bilhões; as exportações brasileiras cresceram 21,0% enquanto que as importações aumentaram apenas 2,3%, atingindo valores de US\$ 73,1 bilhões e de US\$ 48,3 bilhões, respectivamente.

Em 2003, a inflação foi de 9,3% (IPCA/IBGE) contra 12,5% em 2002. O Real em 2003 apresentou valorização de 18,2% frente ao dólar em relação a 2002.

O consumo de papel *per capita* é um importante indicador do desenvolvimento econômico de um país. Nos últimos anos, verificou-se um grande crescimento no consumo de papéis no Brasil. O consumo total de papel, no período compreendido entre os anos de 1996 e 2003, registrou uma taxa média de crescimento de 1,7% ao ano, alcançando 6.611 mil toneladas no ano de 2003. Entretanto, observa-se ainda um elevado potencial de crescimento do consumo de papel no Brasil, quando se compara o consumo *per capita* nacional com o dos países desenvolvidos e com o de outros países latino americanos, conforme demonstra a tabela a seguir.

Consumo per capita de papel - 2001

<i>País</i>	<i>kg/hab</i>
Taiwan	206
Suíça	226
Suécia	268
Japão	241
Holanda	218
Finlândia	333
Estados Unidos	314
Dinamarca	234
Chile	56
Brasil	37
Bélgica	334
Áustria	247
Argentina	37
Alemanha	228

Fonte: PPI - Annual Review 2003

De acordo com a BRACELPA 2003, nos últimos 10 anos a indústria brasileira de papel e celulose investiu cerca de US\$13 bilhões na otimização de sua capacidade produtiva, melhoria de qualidade, redução de custos e em suas áreas florestais.

A produção brasileira de celulose e pastas em 2003 somou 9,1 milhões de toneladas, acima dos 8,0 milhões de toneladas de 2002, registrando-se um crescimento de 13,5%.

A produção brasileira de papéis em 2003 foi de 7,8 milhões de toneladas, 0,5% superior a 2002.

A produção brasileira de papéis para embalagens em 2003 foi de 3.730 mil toneladas, 0,4 % superior à produção de 2002.

As exportações dos papéis para embalagens em 2003, onde a Klabin é o principal *player*, foi de 583 mil toneladas, 13,1% superior a 2002.

A expedição brasileira de caixas de papelão ondulado em 2003, segundo a ABPO - Associação Brasileira do Papelão Ondulado, foi de 1.869 mil toneladas, 12,8% inferior a 2002, quando o volume expedido atingiu 2.144 mil toneladas.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	PAPÉIS PARA EMBALAGENS	45,00
02	CAIXAS DE PAPELÃO ONDULADO	32,00
03	SACOS / ENVELOPES	13,00
04	OUTROS	10,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR		8 - TIPO DE FORNECEDOR			9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
01	ÓLEO COMBUSTÍVEL	NÃO	0	SIM	SIM
PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A		NÃO LIGADO			12,00
02	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO	NÃO	0	SIM	SIM
PERÓXIDOS DO BRASIL LTDA.		NÃO LIGADO			1,00
03	SODA/CLORO	NÃO	0	SIM	SIM
DOW BRASIL		NÃO LIGADO			2,00
04	SULFATO DE SÓDIO	NÃO	0	SIM	SIM
BAYER		NÃO LIGADO			0,80
05	SULFATO DE ALUMINIO	NÃO	0	SIM	SIM
DALQUIM, NHEEL, AVANEX, CUBATÃO		NÃO LIGADO			1,50
06	CAL VIRGEM	NÃO	0	SIM	SIM
ITAÚ		NÃO LIGADO			0,30
07	AMIDO E FÉCULA	NÃO	0	SIM	SIM
CARGILL, CORN PRODUCTS, AVEBE		NÃO LIGADO			4,00
08	VESTIMENTAS	NÃO	0	SIM	SIM
ALBANY, ITELPA, HUYCK, NORTELAS		NÃO LIGADO			4,00
09	ENERGIA ELÉTRICA	NÃO	0	SIM	SIM
COPEL		NÃO LIGADO			2,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR		9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.		
10	PRODUTOS QUÍMICOS	NÃO	0	SIM	SIM
HERCULES,KEMIRA,DOW,LATEXIA,BASF,CLARIAN		NÃO LIGADO		4,80	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

10.03 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

1- ITEM	2- ITEM	3 - NOME DO PRODUTO/ NOME DO CLIENTE	4 - % DE PARTICIPAÇÃO DO CLIENTE NA RECEITA LÍQUIDA
001		PAPÉIS PARA EMBALAGENS	
001	001	Tetrapak, Cartocor, Int. Paper, Giusti, Paranaense	15,70
002		CAIXAS DE PAPELÃO ONDULADO	
002	002	Gessy, Sadia, Perdigão, Bertin, Universal, Avon	5,70
003		SACOS / ENVELOPES	
003	003	C.Portland Itaú, Holdercin, I. Votorantim, Cemex, Cimpor, C. Correa	3,80

01265-389.637.490/0001-45

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

A Klabin é um produtor fortemente integrado e verticalizado. Tem como fonte principal de fornecimento de madeira suas próprias florestas plantadas e manejadas, produz a celulose, converte a maior parte em papel, um pequeno excedente vende como celulose de mercado. O papel é convertido em suas próprias unidades de produção de sacos, envelopes, caixas de papelão ondulado e produtos descartáveis. Abastece ainda o mercado brasileiro de cartões para embalagens de líquidos e exporta para a Argentina, China e África do Sul. Exporta também papéis de embalagem da linha kraftliner e cartões. Também utiliza papéis reciclados, é hoje a maior recicladora de papéis do Brasil, papéis basicamente utilizados na fabricação de caixas de papelão ondulado.

Os processos utilizados são bastante clássicos na indústria, aprimorados para as condições de cada planta, com relação ao tipo de madeira e destino final da fibra. A tecnologia vem principalmente do hemisfério norte, de países com Alemanha, Suécia, Finlândia e EUA. O Brasil, por ser um centro importante na indústria de celulose e papel, tem fábricas dos principais fornecedores mundiais de equipamentos para este setor.

Celulose

A Klabin utiliza fibras de eucalipto e de pinus na produção de papéis de embalagem

A produção da celulose consiste na separação das fibras dos demais componentes constituintes da madeira, em particular da lignina, que atua ligando as células entre si e que proporciona a estrutura rígida da madeira. A madeira, sob forma de cavacos, é tratada em vasos de pressão, denominados digestores, com soda caustica e outros produtos químicos. É o processo químico ou Kraft, o mais usado na indústria de celulose.

Após os digestores, há um processo de separação das fibras de celulose daqueles componentes da madeira que foram solubilizados. A fibra, ainda de aspecto marrom, é enviada a etapa seguinte do processo, diretamente para a máquina de papel ou para o branqueamento. Os componentes solubilizados formam a chamada lixívia negra, que é enviada para o processo de recuperação dos produtos químicos utilizados e a queima dos componentes orgânicos (lignina e outros componentes da madeira), que geram vapor e energia.

O branqueamento é um processo utilizado para continuar a deslignificação iniciada no cozimento e conferir o aspecto branqueado à celulose. Utilizam-se agentes oxidantes, como Oxigênio, Ozônio e Peróxidos para remover a lignina residual das fibras e deixar a pasta celulósica branca. A Klabin utiliza na sua planta em Monte Alegre branqueamento isento de cloro, chamado TCF (Total Chlorine Free). Este processo garante a não formação de dioxinas, compostos químicos altamente poluentes, em seus efluentes.

Fabricação de Papel

A transformação da celulose em uma estrutura plana, delgada e coesa, o papel, se dá em uma série de equipamentos e operações, que reunidos chamamos máquina de papel.

O processo se inicia com o tratamento das fibras, fase denominada de preparação de massa, onde as fibras passam por equipamentos que desenvolverão as propriedades físicas das fibras, segregarão impurezas e farão misturas com outros tipos de fibras e aditivos utilizados na fabricação do papel, como cargas minerais, amidos, colas, corantes. Cada tipo de papel tem uma formulação distinta, de acordo com as necessidades de seu uso final. Esta fase se dá em meio aquoso e após estes tratamentos, a suspensão de fibras é enviada à máquina de papel, para ganhar as características finais, como gramatura (massa de fibra por unidade de área), secagem, e acabamento superficial.

01265-3

89.637.490/0001-45

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Principais Equipamentos

No processo produtivo os equipamentos mais importantes são os digestores (fabricação de celulose), a Caldeira de Recuperação (recuperação de produtos químicos e geração de vapor), os turbogeradores (produção de energia) e as máquinas de produção de papel.

As unidades de produção realizam paradas anuais de 7 a 10 dias para grandes manutenções e inspeções nos seus equipamentos, em especial naqueles que trabalham sob condições de pressão e temperatura, como digestores e caldeiras. Nestas paradas são substituídos equipamentos com desgastes ou realizadas melhorias tecnológicas, visando melhorar desempenho, garantir segurança operacional e aumentar produtividade. Ainda, mensalmente são realizadas manutenções preventivas e corretivas, em equipamentos singulares e nas máquinas de papel.

Os principais equipamentos das unidades de produção de Celulose e Papel da Klabin estão relacionados abaixo:

Unidade Monte Alegre – PR

Equipamentos Principais	Ano de Início de Operação	Últimas Atualizações Tecnológicas	Fabricante	Capacidade Instalada	Produção
Digestor Contínuo I	1978	1984 / 1986	Voith	2000 – 500 t/d 2001 – 500 t/d 2002 – 500 t/d 2003 – 500 t/d	2000 – 253 t/d 2001 – 263 t/d 2002 – 281 t/d 2003 – 303 t/d
Digestor Contínuo II	1988		Kvaerner	2000 – 1200 t/d 2001 – 1200 t/d 2002 – 1200 t/d 2003 – 1200 t/d	2000 – 957 t/d 2001 – 1040 t/d 2002 – 1044 t/d 2003 – 1262 t/d
Caldeira de Recuperação	1977	1997 / 2000 / 2003	Gotaverken / Anthony Ross	2000 – 1650 t/d 2001 – 1650 t/d 2002 – 1650 t/d 2003 – 1950 t/d	2000 – 1420 t/d 2001 – 1614 t/d 2002 – 1443 t/d 2003 – 1772 t/d
Turbogerador 7	1978		ABB	2000 – 23,5 MWh/h 2001 – 23,5 MWh/h 2002 – 23,5 MWh/h 2003 – 23,5 MWh/h	2000 – 21 MWh/h 2001 – 21 MWh/h 2002 – 20 MWh/h 2003 – 20 MWh/h
Máquina de Papel 7	1978	1989 / 1997 / 1998 / 2000	Voith Valmet	2000 – 800 t/d 2001 – 850 t/d 2002 – 850 t/d 2003 – 850 t/d	2000 – 700 t/d 2001 – 796 t/d 2002 – 830 t/d 2003 – 855 t/d

01265-3

89.637.490/0001-45

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO**Unidade Otacílio Costa -SC**

Equipamentos Principais	Ano de Início de Operação	Últimas Atualizações Tecnológicas	Fabricante	Capacidade Instalada	Produção
Digestores	1975	1986 / 1998	Hércules	2000 – 950 t/d 2001 – 950 t/d 2002 – 950 t/d 2003 – 950 t/d	2000 – 914 t/d 2001 – 892 t/d 2002 – 997 t/d 2003 – 921 t/d
Caldeira de Recuperação	1998		CBC	2000 – 1100 t/d 2001 – 1100 t/d 2002 – 1100 t/d 2003 – 1100 t/d	2000 – 940 t/d 2001 – 923 t/d 2002 – 1075 t/d 2003 – 950 t/d
Turbogeradores	1967	1995 / 1998	Ahstrom	2000 – 32 MWh/h 2001 – 32 MWh/h 2002 – 32 MWh/h 2003 – 32 MWh/h	2000 – 19 MWh/h 2001 – 20 MWh/h 2002 – 20 MWh/h 2003 – 20 MWh/h
Máquina de Papel 13	1975	1997 / 1998	Voith	2000 – 630 t/d 2001 – 630 t/d 2002 – 630 t/d 2003 – 630 t/d	2000 – 614 t/d 2001 – 596 t/d 2002 – 626 t/d 2003 – 579 t/d

Unidade Correia Pinto -SC

Equipamentos Principais	Ano de Início de Operação	Últimas Atualizações Tecnológicas	Fabricante	Capacidade Instalada	Produção
Digestores	1969	1992	Jaraguá / CBC	2000 – 500 t/d 2001 – 500 t/d 2002 – 500 t/d 2003 – 500 t/d	2000 – 405 t/d 2001 – 427 t/d 2002 – 442 t/d 2003 – 474 t/d
Caldeira de Recuperação	1992		CBC	2000 – 850 t/d 2001 – 850 t/d 2002 – 850 t/d 2003 – 850 t/d	2000 – 737 t/d 2001 – 787 t/d 2002 – 828 t/d 2003 – 746 t/d
Turbogerador 3	1993		Siemens	2000 – 23 MWh/h 2001 – 23 MWh/h 2002 – 23 MWh/h 2003 – 23 MWh/h	2000 – 16 MWh/h 2001 – 16 MWh/h 2002 – 16 MWh/h 2003 – 12 MWh/h
Máquina de Papel 1	1969	1990 / 1993 / 2001	Beloit /Voith	2000 – 300 t/d 2001 – 300 t/d 2002 – 350 t/d 2003 – 350 t/d	2000 – 277 t/d 2001 – 314 t/d 2002 – 323 t/d 2003 – 335 t/d

SEGUROS

Nas suas unidades industriais, distribuídas por vários estados brasileiros, a Klabin S.A. possui várias instalações e equipamentos dedicados às suas atividades produtivas.

01265-3

89.637.490/0001-45

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Estas unidades estão voltadas essencialmente para produção de celulose, papel e conversão de papel / papelão em embalagens.

Todas essas instalações e equipamentos estão seguradas contra riscos aos quais possam estar sujeitos, durante todo o tempo quer seja em funcionamento ou não.

As apólices que garantem o seguro para essas instalações são de Riscos Nomeados, cuja abrangência cobre os riscos de incêndio, de explosão, de danos elétricos, de vendaval, granizo, raios e alagamento.

Por outro lado, os produtos fabricados pela Klabin, ou seja, papel, celulose e embalagens de papel / papelão, também tem cobertura de seguro em todas as unidades onde estão armazenados antes de serem expedidos e ainda cobertura de seguro para proteção dos riscos a que estão sujeitos durante o transporte.

Os seguros que protegem os produtos dão cobertura a ocorrências como incêndio, comprometimento por água de chuva, avarias no carregamento, no transporte e na descarga.

Os riscos mais significativos aos quais as instalações e equipamentos estão sujeitos durante o processo produtivo e que podem paralisar as atividades são os seguintes:

Riscos de incêndio e Raio:

Esse risco é de baixa incidência na área de celulose e papel tendo em vista as características do processo produtivo no qual se usa madeira, massa diluída em água e por último a formação e secagem do papel e da celulose.

As áreas onde estão instaladas as máquinas são protegidas com "sprinkler", e as ocorrências históricas de longa data, tem mostrado que o risco nesta área não é razão de paralisações.

O mesmo principio se aplica à secagem de celulose. Nas unidades de conversão, tendo em vista a sua distribuição e o "lay out" das máquinas de conversão dentro das áreas de fabricação, torna o risco de paralisações muito reduzido.

Riscos de Danos Elétricos:

Esse risco sempre existe, em todos os equipamentos elétricos da fábrica, principalmente provocados por sobrecarga de descargas atmosféricas. Levando em consideração a tecnologia e sistemas de proteção envolvendo equipamentos elétricos, esse também não é um item que possa causar maiores preocupações com relação a interrupção do processo produtivo.

Explosão:

Em caso de explosão, a continuidade do processo industrial é garantida pelas caldeiras de "stand-by", exatamente com essa finalidade, tanto para permitir manutenções periódicas e preventivas, sem interrupção do processo fabril, quanto para atender a eventual ocorrência de sinistro.

Vendaval/Granizo:

As unidades fabris, sempre estão sujeitas a este tipo de ocorrência climática. Entretanto, o Brasil não é de maneira em geral um país sujeito a ciclones, tornados, furacões, etc., o que ameniza sobre maneira as preocupações com relação a esse tipo de evento.

01265-3

89.637.490/0001-45

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Florestas:

Não há seguros contra danos de qualquer natureza causados às florestas da Klabin (queimadas, doenças das árvores, entre outros), tendo em vista as características do parque florestal da Companhia.

A contratação de seguros contra danos causados a florestas está associada, basicamente, à condição para reposição da matéria prima florestal perdida, à localização das florestas e ao sistema de proteção florestal. No caso de Klabin, há condição de reposição da matéria prima florestal tendo em vista as características de suas áreas florestais, sendo que a Companhia optou, ainda, por implementar uma eficaz e extensa estrutura de prevenção, mantendo diversos postos de vigilância e combate ao fogo para proteção de suas florestas. Ademais, a Klabin conta com um sistema de proteção às doenças florestais, que visa a prevenção, monitoramento e combater a elementos que ameaçam suas florestas.

Não há também cobertura de danos causados às instalações da Klabin em decorrência de deslizamentos de solo, desmoronamento e contaminação, uma vez que estes são fenômenos cuja probabilidade de afetar as instalações da Klabin são muito pequenas.

01265-3

89.637.490/0001-45

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

A comercialização de papel e produtos de papel (caixas de papelão ondulado e sacos) é centralizada em um escritório comercial em São Paulo – R. Rocio.

As vendas são dirigidas ao mercado interno, abrangendo todo o território nacional. As vendas externas são dirigidas à Europa, América do Sul, América do Norte (celulose), Oriente Médio, África e Extremo Oriente.

A logística de abastecimento aos mercados é realizada principalmente por via rodoviária para o mercado interno e América Latina e por via marítima para as demais regiões.

As exportações de papel e celulose representaram cerca de 41% do volume total de vendas da Klabin em 2003 e foram 39% destinadas para a Europa, 19% para a América Latina, 35% para a Ásia/África e 7% para a América do Norte.

01265-3

89.637.490/0001-45

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

CELULOSE

Maiores Produtores e suas Participações na Produção Nacional Em toneladas

	Produção(t)		Participação(%)	
	2002	2003(*)	2002	2003
Aracruz Celulose SA	1.656.048	2.227.870	20,38	24,21
Klabin SA ⁽¹⁾	1.581.215	1.438.589	19,46	15,64
Votorantim Celulose e Papel SA	804.749	1.131.052	9,90	12,29
Suzano Bahia Sul	1.012.530	1.033.762	12,46	11,24
Celulose Nipo-Brasileira SA Cenibra	830.813	885.820	10,22	9,63
International Paper do Brasil Ltda	426.882	436.856	5,25	4,75
Ripasa SA Celulose e Papel	305.505	423.796	3,76	4,61
Jari Celulose SA	290.365	340.977	3,57	3,71
Rigesa Celulose, Papel e Embs Ltda	205.339	210.052	2,53	2,28
Norske Skog Pisa Ltda	147.286	153.535	1,81	1,67
Lwarcel Celulose e Papel Ltda	106.584	130.084	1,31	1,41
Iguaçu Celulose, Papel SA	91.072	89.472	1,12	0,97
Orsa Celulose e Papel SA	85.412	86.229	1,05	0,94
Celulose Irani SA	77.611	84.447	0,95	0,92
Cocelpa - Cia de Cel e Papel do Paraná	47.658	54.673	0,59	0,59
Itapagé SA Cel, Papéis e Artefatos	53.821	53.821	0,66	0,58
Nobrecel SA - Celulose e Papel	58.537	50.569	0,72	0,55
Subtotal	7.781.427	8.831.604	95,74	95,99
Demais	346.088	369.357	4,26	4,01

TOTAL ⁽¹⁾	8.127.515	9.200.961	100,00	100,00
-----------------------------	------------------	------------------	---------------	---------------

(1) Inclui Celulose solúvel

(*) Preliminar

01265-3

89.637.490/0001-45

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

PAPEL

Maiores Fabricantes e suas Participações na Produção Nacional

Em toneladas

	Produção(t)		Participação(%)	
	2002	2003(*)	2002	2003
Klabin SA	1.609.230	1.397.959	20,70	17,90
Suzano Bahia Sul	768.787	784.462	9,89	10,04
International Paper do Brasil Ltda	591.017	609.957	7,60	7,81
Votorantim Celulose e Papel SA	569.558	578.636	7,33	7,41
Ripasa SA Celulose e Papel	386.797	458.855	4,98	5,87
Rigesa Celulose, Papel e Embs Ltda	297.144	308.588	3,82	3,95
Orsa Celulose e Papel SA	267.682	261.571	3,44	3,35
Trombini Embalagens Ltda	200.762	182.164	2,58	2,33
Norske Skog Pisa Ltda	172.960	174.120	2,22	2,23
Celulose Irani SA	134.880	146.901	1,74	1,88
Santher - Fca Papel Sta Therezinha SA	126.223	138.240	1,62	1,77
Ind de Papel e Papelão S Roberto SA	79.924	84.813	1,03	1,09
Santa Maria - Cia de Papel e Celulose	77.680	79.780	1,00	1,02
Inpa - Ind de Embs Santana SA	76.304	79.529	0,98	1,02
Papirus Ind de Papel SA	68.980	76.362	0,89	0,98
Madeiraira Miguel Forte SA	67.425	67.534	0,87	0,86
Adami SA Madeiras	66.797	66.797	0,86	0,86
Itapagé SA Cel, Papéis e Artefatos	61.840	61.840	0,80	0,79
Melhoramentos Papéis Ltda	61.860	61.210	0,80	0,78
MD Papéis Ltda	59.418	60.337	0,76	0,77
Paraibuna Papéis SA	68.092	60.331	0,88	0,77
Cocelpa-Cia de Cel e Papel do Paraná	59.517	58.322	0,77	0,75
Subtotal	5.872.877	5.798.308	75,55	74,23
Demais	1.901.036	2.012.829	24,45	25,77
TOTAL	7.773.913	7.811.137	100,00	100,00

(*) Preliminar

01265-3

89.637.490/0001-45

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2003

Reapresentação por Exigência CVM Nº 37/2004

01265-3 KLABIN S.A.

89.637.490/0001-45

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

<u>Marca(s)</u>	<u>País</u>	<u>Classe(s)</u>	<u>Validade</u>
-----------------	-------------	------------------	-----------------

Titular: Klabin Irmãos & Cia (4)

- | | | | |
|-----------------------|--------|-------|----------|
| • Klabin (nominativa) | Brasil | 16.10 | 10/04/06 |
| • Klabin (figurativa) | Brasil | 10.10 | 10/04/06 |

Titular: KLABIN S.A., sucessora por incorporação de IKPC-Inds.Klabin de Papel e Celulose S.A.

- | | | | |
|--------------------------|----------------|---|----------|
| • Marca IK (mista) | Brasil | 01.60, 10.10 | 22/10/05 |
| | Brasil | 16.10, 19.60, 27.20, 37.30, 37.43 e 01.8506/08/05 | |
| | Brasil | 20.25 | 03/09/05 |
| | Brasil | 04.10 | 07/07/07 |
| | Brasil | 24.20 e 25.50 | 23/09/06 |
| • Eukaliner (nominativa) | Brasil | 16.10 | 13/08/05 |
| | França | 16,28 | 19/06/14 |
| | Itália | 16 | 01/08/04 |
| • Klabin (mista) | Estados Unidos | 16 | 13/05/06 |
| | Brasil | 10.10 | 13/12/03 |
| • Klabin do Paraná | Brasil | 10.10 | 27/10/11 |

Titular: KLABIN S.A., sucessora por incorporação de Indústrias Klabin S.A.

- | | | | |
|-------------------------|-----------|-----------------------------|----------|
| • Klabin (mista) | Argentina | 16 | 29/07/04 |
| • Klabin | Argentina | 07.10 e 24.10 | 14/02/04 |
| • Klace (nominativa) | Brasil | 16.10 | 26/12/05 |
| • Klace (nominativa) | Brasil | 03.20 e 01.60 | 10/11/12 |
| • Klacell (nominativa) | Brasil | 16.10 | 29/02/12 |
| | Brasil | 01.60 | 09/02/13 |
| | Brasil | 16.10 e 16.20 | 04/03/06 |
| • Aircraft (nominativa) | Brasil | 20.35 | 21/04/06 |
| | Brasil | 16.10 e 20.35 | 12/03/08 |
| | Chile | 22 | 09/03/05 |
| | Paraguai | 16 | 29/12/04 |
| • Bates (mista) | Paraguai | 22 | 11/08/05 |
| | Brasil | 16.10, 16.20, 16.30 e 20.35 | 24/02/07 |
| | Brasil | 16.10 16.20 e 20.35 | 17/01/04 |
| • Celucat (figurativa) | Argentina | 16 e 22 | 30/11/04 |
| • Celucat (nominativa) | Chile | 16 e 22 | 09/03/05 |
| | Uruguai | 16 e 22 | 29/02/06 |
| | Paraguai | 16 | 29/12/04 |
| | Paraguai | 22 | 11/08/05 |

01265-3

89.637.490/0001-45

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

• Celucat Laser (nominativa)	Brasil	16.20	28/09/09
• Celucat Laser (nominativa)	Chile	16	10/08/08
	Argentina	16	28/10/09
	Bolívia	16	22/06/09
	Uruguai	16	06/12/10
• Celucopy (nominativa)	Brasil	16.20	26/02/12
• Celucopy	Chile	16	16/04/08
	Bolívia	16	22/06/09
	Paraguai	16	23/11/09
	Uruguai	16	06/05/08
• Celufix (nominativa)	Brasil	16.10	27/09/04
• Celukraft (nominativa)	Brasil	16.10 e 16.20	27/10/11
• Copycel (nominativa)	Brasil	16.20	26/10/09
• Copycel (nominativa)	Uruguai	16	06/05/08
	Chile	16	16/04/08
	Bolívia	16	22/06/09
• Fixafix (nominativa)	Brasil	16.10	27/09/04
• Micro Buble (nominativa)	Brasil	16.10, 16.20 e 20.35	04/03/06
• Ondu Lop	Brasil	16.10, 16.20	22/04/06
• Ondu Lop	Brasil	20.35	21/04/06
• Safekraft (nominativa)	Brasil	16	02/06/12
	Brasil	22	12/05/12
• Self Sealing (nominativa)	Brasil	16.10	09/05/05
• Semperfix	Brasil	16.10	27/09/04
	Argentina	16	16/03/09
	Bolívia	16	20/07/09
	Chile	16	01/09/09
	Paraguai	16	01/09/09
	Uruguai	16	09/09/08
• Stretch Kraft	Brasil	16.10 e 16.20	02/06/12
	Argentina	16 e 22	30/11/04
	Chile	22	07/07/08
	Chile	16	13/07/08
	Uruguai	16 e 22	09/10/05
	Peru	16 e 22	22/12/04
	Paraguai	16	29/12/04
	Paraguai	22	11/08/05

Titular: KLABIN S.A., sucessora por incorporação de Klabin Export S.A.

• KFP-Export S.A.	Brasil	40.15	15/08/09
-------------------	--------	-------	----------

Titular: KLABIN S.A., sucessora por incorporação de Igaras Papéis e Embalagens S.A.

• Hidrokraft	Brasil	16	10/06/10
• Igaras	Brasil	19.60	2008/2009

01265-3

89.637.490/0001-45

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

	Brasil	07.10	18/03/07
	Brasil	01.60	24/09/08
	Brasil	10.10	24/01/05
	Brasil	16.10 e 16.20	2003/2004
	Brasil	2.10 e 2.20	22/11/04
	Brasil	20.35	2003/2005
• Kapabranca	Brasil	16.10	28/02/04
• Kapakraft Nevado	Brasil	16.10, 16.20 e 20.35	25/09/08
• Kapakraft	Brasil	16.10 e 16.20	25/04/05
• Kapatest	Brasil	16.10	09/03/13
• Kolorkraft	Brasil	16	25/02/10
• Kolorkraft	Brasil	16	25/07/10
• Lamikraft	Brasil	16.10	19/09/05
• Omnikote	Brasil	16.10	10/12/09
• Omnikraft	Brasil	01, 16	10/11/10
• Omnikraft Nevado	Brasil	16.10	12/01/12
• Papelok	Brasil	16.10 e 16.20	04/03/09
• Pinhouro	Brasil	19.60	25/11/09
• Pinouro	Brasil	19.60	25/11/09
• Pinusprev	Brasil	36.10	18/07/05
• Ponte Nova	Brasil	35.15	01/10/08
	Brasil	16.10/20	06/11/11
• Superkraft	Brasil	16.10	25/11/09
• Superkraft Nevado	Brasil	16	10/06/10
• Ultraform	Brasil	16.10	28/08/04
• Ultrakraft	Brasil	16.10 e 16.20	05/02/05
	Brasil	10.10	22/05/04
• Ultrasac	Brasil	16	11/10/08

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE					3 - ENDEREÇO					
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO		
14 - OBSERVAÇÃO											

01	Fazenda Monte Alegre					Fazenda Monte Alegre					
Telêmaco Borba	PR	142.550,000	0,000	41	SIM	NÃO	NÃO				

02	Fábrica					Fazenda Monte Alegre					
Telêmaco Borba	PR	9.000,000	0,000	41	SIM	SIM	NÃO				

03	Gleba de terras com edificações					Via Anhanguera, Sítio Tijuco Preto					
Jundiá	SP	122,100	33,560	13	SIM	SIM	NÃO				

04	Fábrica					Av. Cristóvão Colombo, 2307					
Piracicaba	SP	84,587	27,368	22	SIM	NÃO	NÃO				

05	Terreno com edificações					Rua Hum s/nº, Distrito Ind. Paulo Camilo					
Betim	MG	78,200	0,000	16	SIM	NÃO	NÃO				

06	Terreno com edificações					Estr. Rio-Friburgo, s/nº, km 429					
Guapimirim	RJ	190,708	0,000	6	SIM	NÃO	NÃO				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE					3 - ENDEREÇO					
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO		
14 - OBSERVAÇÃO											

07	Terreno com edificações					Av. Olinkraft, 6602					
Otacílio Costa	SC	755,368	0,000	44	SIM	NÃO	NÃO				

08	Imóvel urbano com edificações					Rua Felisberto Leopoldo					
Ponte Nova	MG	202,462	0,000	5	SIM	NÃO	NÃO				

09	Imóvel urbano com edificações					Rod. BR-324, Km 104,5					
Feira de Santana	BA	102,844	12,261	4	SIM	NÃO	NÃO				

10	Imóvel urbano com edificações					Estr. do Bonsucesso, 6001					
Itaquaquecetuba	SP	115,626	19,077	4	SIM	NÃO	NÃO				

11	Imóvel urbano com edificações					R. João Antonio Mecatti, 1575					
Jundiaí	SP	77,872	0,000	3	SIM	NÃO	NÃO				

12	Imóvel rural com edificações					Rod. Raposo Tavares, Km 197					
Angatuba	SP	734,699	8,934	6	SIM	NÃO	NÃO				

01265-3

89.637.490/0001-45

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

1. A companhia não mantém programa de recompra das próprias ações. As ações mantidas em tesouraria são, dentre outros, decorrentes do exercício de direito de recesso, conforme segue:

Ações tesouraria	Em quantidade			Em Reais		
	ON	PN	Total	ON	PN	Total
IKPC	(1)	11.522		11.522		
Riocell	(2)	1.021	999	2.020		
Mirca contrato em US\$	(3)	9.785	894.217	904.002	38.357,20	3.505.330,6
					4	3.543.687,8
Saldo contábil em					3.505.330,6	3.543.687,8
31/12/2001		22.328	895.216	917.544	38.357,20	4
Aquisição em 03/01/2002	(4)		167	167	175,47	175,47
Aquisição em 28/01/2002	(4)	18.440		18.440	29.688,40	29.688,40
Aquisição em 19/02/2002	(4)	181.061		181.061	291.508,21	291.508,21
Saldo contábil em				1.117.21	3.505.506,1	3.865.059,9
31/03/2002		221.829	895.383	2	359.553,81	1

- (1) Exercício do direito de recesso por acionistas dissidentes das deliberações da AGE de 24/11/2000 de IKPC-Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. (incorporada por Klabin S.A. em 28/12/2001)
- (2) Frações de ações decorrentes de grupamento de ações realizado em 1992
- (3) Aquisição para eliminar a participação recíproca
- (4) Exercício de direito de recesso por acionistas dissidentes das deliberações da AGE de 28/12/2001, de IKPC-Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. (incorporada por Klabin S.A. em 28/12/2001)

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Informações contidas no Prospecto da 5ª Distribuição Pública de Debêntures:**Fatores de Risco**

Antes de tomar uma decisão de investimento em debêntures que venham a ser emitidas no âmbito do Programa, os potenciais investidores deverão considerar cuidadosamente os fatores de risco descritos abaixo e no Suplemento, bem como as demais informações contidas neste Prospecto, no respectivo Suplemento e em outros documentos da operação, devidamente assessorados por seus consultores jurídicos e financeiros. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, os negócios, a situação financeira e/ou os resultados operacionais da Emissora poderão ser afetados de forma adversa.

Este Prospecto contém apenas uma descrição resumida dos termos e condições das debêntures a serem emitidas no âmbito do Programa e das respectivas obrigações assumidas pela Emissora com relação ao Programa. É essencial e indispensável que os investidores leiam o Suplemento, a Escritura de Emissão da respectiva Oferta Pública de Debêntures e o respectivo Contrato de Colocação e compreendam, integralmente, suas disposições e riscos.

Os fatores de risco descritos abaixo refletem a situação atual da Emissora. Cada Emissão a ser realizada no âmbito do Programa contará com um Suplemento que tratará dos fatores de risco relacionados à respectiva Oferta, bem como atualizará os fatores de risco referentes à Emissora.

RISCOS MACROECONÔMICOS

O governo brasileiro exerce influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas têm um impacto direto sobre os negócios e as atividades da Emissora.

O governo brasileiro intervém freqüentemente na economia do País, na política monetária, fiscal e regulatória. As medidas adotadas pelo governo para estabilizar a economia e controlar a inflação incluíram, no passado, congelamento de contas, controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais, aumento da taxa básica de juros da economia, elevação do compulsório bancário e limitações no comércio exterior, entre outras. Os negócios da Emissora, seu resultado operacional e condição financeira podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por:

- política cambial e flutuações das taxas de câmbio;
- situação econômica interna;
- instabilidade social;
- taxas de juros;
- inflação;
- instabilidade de preços;
- políticas fiscais;
- outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais.

Medidas do governo brasileiro para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais doméstico, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora. Caso os cenários político e econômico se deteriorem, a Emissora poderá incorrer em custos financeiros mais elevados, inclusive os decorrentes das debêntures a serem emitidas no âmbito do presente Programa.

O efeito da inflação e das medidas governamentais destinadas a combatê-la podem afetar negativamente a economia brasileira em geral e a Emissora.

O Brasil vivenciou, no passado, índices de inflação extremamente altos. A inflação, juntamente com as medidas governamentais para combatê-la, afetou negativamente todos os setores da economia brasileira. Em 1994, o governo brasileiro implementou o Plano Real, com o objetivo de reduzir a inflação e construir bases para um crescimento econômico sustentável.

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Acontecimentos internacionais, como as crises nos mercados emergentes, os atentados terroristas nos Estados Unidos e conflitos militares recentes, causaram e podem causar novamente desestabilizações nos mercados internacionais, com reflexos para a economia brasileira, tais como a valorização do dólar norte-americano frente ao real e o aumento no preço do petróleo, o que poderá causar aumento da inflação.

Em 30 de junho de 1999, o Conselho Monetário Nacional fixou os valores de 6,0%, 4,0%, 3,5%, e 8,5% como metas para a variação do IPCA para os anos de 2000, 2001, 2002 e 2003, respectivamente, com intervalos de tolerância de 2 pontos percentuais acima e abaixo das metas centrais retro mencionadas. No ano de 2000, a meta foi cumprida, com a inflação medida pelo IPCA situando-se em 6,0%. Nos anos de 2001, 2002 e 2003 a meta não foi cumprida, tendo a inflação atingido 7,7% em 2001, 12,5% em 2002 e 9,3% em 2003. Em 25 de junho de 2003, o Conselho Monetário Nacional fixou os valores de 5,5% e 4,5% como metas para a variação do IPCA para os anos de 2004 e 2005, com intervalos de tolerância de 2,5 pontos percentuais acima e abaixo dessas metas. As metas de inflação relativas a 2004 e 2005 poderão não ser atingidas. As medidas a serem adotadas pelo Governo Federal para se adequar às metas de inflação já estabelecidas, ou que venham a ser definidas futuramente, poderão afetar adversamente a economia brasileira e, conseqüentemente, a Emissora.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar consideravelmente, os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora poderão ser afetados negativamente. Adicionalmente, a elevação dos custos de produção poderá não ser repassada integralmente aos preços finais dos produtos vendidos pela Emissora. Caso esse repasse não seja possível, o fluxo de caixa, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora poderão ser negativamente afetados.

Mudanças nas condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente em países emergentes e nos Estados Unidos, podem afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Emissora.

A economia brasileira e o desempenho das empresas brasileiras são influenciados, em diferentes intensidades, pelas condições econômicas e de mercado em outros países. Crises econômicas em países emergentes, como no México e na Argentina, já afetaram significativamente o nível de confiança de investidores estrangeiros na economia brasileira. Essas crises foram acompanhadas de consideráveis saídas de recursos estrangeiros aplicados no Brasil, desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano, surgimento de pressões inflacionárias e queda generalizada no volume de investimentos na economia brasileira. Novas crises econômicas em mercados emergentes poderão voltar a afetar a economia brasileira no futuro, afetando adversamente os negócios da Emissora.

Nessa mesma linha, uma eventual elevação das taxas de juros americanas poderá fazer com que parte significativa dos investimentos estrangeiros atualmente alocados em países emergentes seja direcionada para investimento nos Estados Unidos. Nesse caso, é possível que a economia brasileira vivencie uma nova fuga de capitais, acompanhada da escassez de crédito e de investimentos. A limitação no volume de crédito disponível às companhias brasileiras poderá fazer com que a Emissora enfrente dificuldades para financiar suas atividades e, especialmente, o seu plano de investimentos, uma vez que o setor de atuação da Emissora demanda investimentos intensivos. Caso não disponha de recursos para implementar seu plano de investimentos, a Emissora poderá perder competitividade frente aos seus concorrentes nacionais e internacionais.

Adicionalmente aos eventos mencionados acima, fatores como a desaceleração acentuada no ritmo de crescimento da economia chinesa, o fraco desempenho da economia americana e a alta nas cotações internacionais do petróleo, poderão influenciar negativamente a economia internacional, afetando a demanda internacional pelos produtos fabricados pela Emissora. Nesse caso, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora poderão ser adversamente afetados.

O Governo Federal está realizando uma reforma na legislação fiscal que poderá acarretar aumento da carga tributária para as empresas brasileiras.

O Governo Federal está implementando uma reforma na legislação fiscal que poderá acarretar aumento nas alíquotas de alguns tributos incidentes sobre as empresas brasileiras. Caso a carga tributária imposta à Emissora aumente significativamente, a Emissora poderá não ser capaz de repassar tal aumento ao preço final de seus produtos, o que poderá afetar adversamente sua condição financeira e seus resultados operacionais.

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

O desempenho do segmento de papel para embalagens é fortemente influenciado pelo nível de atividade econômica. A retração da economia internacional ou brasileira pode afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Emissora.

O segmento de papel para embalagens é fortemente influenciado pelo nível geral de atividade econômica. Desta forma, uma retração na economia internacional ou brasileira, ocasionada por incidentes econômicos ou políticos, crises, ações governamentais ou por qualquer outro fato ou evento, pode afetar negativamente os negócios e os resultados operacionais da Emissora.

A flutuação do Real com relação a moedas estrangeiras fortes, como o dólar norte-americano, pode afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora.

Durante as últimas décadas, o governo brasileiro criou diversos planos econômicos e políticas cambiais. As medidas para implementação dessas políticas e planos incluíram desvalorizações da moeda nacional, controles cambiais, criação de dois mercados de câmbio e de um sistema de taxas flutuantes, tendo resultado em grandes oscilações da cotação da moeda nacional frente ao dólar norte-americano e a outras moedas fortes.

Nos nove primeiros meses de 2004, aproximadamente 30% da Receita Líquida Total da Emissora proveio da venda de produtos no mercado externo, principalmente para a Europa, Argentina e Ásia, demais países da América Latina e África. A estratégia de crescimento da Emissora inclui, dentre outras coisas, o incremento de sua participação de mercado por meio da exportação de *commodities*, como o Papel *Kraftliner*.

A valorização da moeda nacional frente a moedas fortes poderá comprometer a competitividade da Emissora nos mercados internacionais, afetando adversamente seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Por outro lado, a desvalorização da moeda nacional frente a moedas estrangeiras, sobretudo o dólar norte-americano, pode afetar negativamente o resultado financeiro da Emissora, que possui parte do seu endividamento em moeda estrangeira (principalmente em dólares norte-americanos) e vinculado à cotação de moeda estrangeira. Em 30 de setembro de 2004, a dívida da Emissora indexada à moeda estrangeira era de R\$ 711 milhões (considerando-se a taxa comercial de venda da moeda norte-americana (PTAX) de R\$2,86 por US\$1,00), o que correspondia a, aproximadamente, 52,2% do endividamento total da Emissora.

A Emissora também realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, o que pode resultar em perdas financeiras para a Emissora.

Exposição ao mercado externo.

Nos primeiros nove meses de 2004, as exportações da Emissora, somadas às atividades de sua controlada na Argentina, representaram 30% de sua Receita Líquida no respectivo período.

Em virtude do acima exposto, as vendas da Emissora dependem não apenas do desempenho da economia nacional, mas também do desempenho da economia de outros países em que a Emissora atua e que representam importantes mercados para os seus produtos. Assim, por exemplo, uma eventual retração econômica na Europa, na Ásia, na Argentina e em outros países da América Latina, mercados que responderam por parcelas relevantes das receitas internacionais da Emissora, pode reduzir a demanda pelos produtos da Emissora nesses mercados, afetando adversamente o seu resultado operacional e sua condição financeira.

A instabilidade das taxas de juros pode afetar os negócios e a condição financeira da Emissora.

As taxas de juros são utilizadas pelo Banco Central do Brasil como instrumento de execução de políticas monetárias. A variação nas taxas de juros tem repercussão direta na atividade econômica de todos os setores da economia.

O surgimento de pressões inflacionárias no cenário interno ou o possível aumento das taxas de juros nos Estados Unidos poderão fazer com que o Banco Central interrompa ou mesmo inverta a trajetória de queda da taxa básica de juros da economia brasileira ocorrida nos últimos meses, o que pode afetar adversamente a condição financeira e o resultado operacional da Emissora.

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Um eventual aumento das taxas de juros no Brasil pode resultar no imediato aumento do custo dos passivos financeiros das empresas brasileiras e na redução do nível de atividade econômica. Ambas as consequências podem afetar adversamente o resultado operacional e condição financeira da Emissora, pois do seu endividamento em moeda nacional no total de R\$ 652 milhões, em 30 de setembro de 2004, R\$ 292 milhões estão indexados à TJLP, R\$ 287 milhões à SELIC e R\$ 73 milhões à uma cesta de moedas.

Uma crise de energia elétrica poderá afetar adversamente o resultado operacional e a condição financeira da Emissora.

O Brasil enfrentou séria escassez de energia elétrica durante o ano de 2001, principalmente em virtude de um período prolongado e rigoroso de estiagem que prejudicou a geração de energia hidrelétrica, bem como em virtude da falta de investimentos em geração de energia. Em maio de 2001, o Governo Federal anunciou medidas objetivando uma redução média de 20% no consumo de eletricidade em diversas regiões do Brasil.

Uma nova crise no abastecimento de energia elétrica poderá acarretar a redução ou mesmo a interrupção da produção em unidades fabris da Emissora, afetando adversamente o seu resultado operacional e condição financeira.

RISCOS RELATIVOS AO SETOR DE PAPEL

Os preços do papel são cíclicos e estão sujeitos a fatores que estão fora do controle da Emissora. A variação negativa dos preços do papel pode afetar as receitas e os resultados operacionais da Emissora.

O desempenho do setor de papel tem natureza cíclica, sendo influenciado principalmente pelos períodos de expansão e retração da economia mundial. A expansão da economia faz com que a demanda por papel aumente e os estoques mundiais do produto diminuam, causando o aumento dos preços no mercado internacional. Por outro lado, a retração da economia gera a diminuição da demanda pelo produto e o aumento dos estoques mundiais, resultando na redução dos preços praticados no mercado internacional.

Outros fatores também influenciam os preços dos produtos fabricados pela Emissora, tais como a capacidade de produção mundial, as estratégias adotadas pelos principais produtores mundiais e a disponibilidade de substitutos para tais produtos.

Um declínio no preço do papel no mercado internacional pode afetar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora.

O setor de papel é altamente competitivo. A Emissora poderá perder participação significativa de mercado caso não seja capaz de manter-se competitiva com relação aos principais fabricantes mundiais.

A Emissora sofre intensa concorrência em todos os segmentos em que atua. No segmento de papéis para embalagens, seus principais concorrentes no mercado interno são Rigesa, Orsa e Trombini. No setor de cartões, seus concorrentes no mercado interno são Suzano, Ripasa, Pápirus e Itapagé. No segmento de caixas de papelão ondulado seus principais concorrentes no mercado interno são Rigesa, Orsa e Trombini. No segmento de sacos e embalagens, seus principais concorrentes no mercado interno são Trombini, Cocelpa, Conpel e Iguazu.

Muitos dos concorrentes internacionais da Emissora são maiores e têm maior capacidade de produção e acesso ao mercado financeiro e de capitais a custos menores e prazos maiores do que aqueles disponíveis à Emissora, o que lhes confere vantagens competitivas. Os principais concorrentes da Emissora no mercado internacional de papéis e cartões são Mead/Westvaco (Estados Unidos), Graphic Packaging International (Estados Unidos), Froyi (Europa), Stora Enso (Europa) e CMPC (América Latina). No mercado de Papel Kraftliner, os principais concorrentes internacionais da Emissora são Kappa (Europa), SCA (Europa), Portucel (Europa), Peterson (Europa), Swiecie (Europa), Smurfit (Europa), Misionero (América Latina), Sappi (Ásia), CHH (Ásia), Warehouse (Ásia), Smurfit Stone (Ásia).

Adicionalmente, a Emissora sofre a concorrência no Brasil de diversos fabricantes de menor porte que atuam no mercado informal, o que lhes confere vantagens econômicas, pois seus custos são menores que aqueles incorridos pela Emissora.

Não há garantias de que a Emissora conseguirá se manter competitiva nos mercados em que atua, tanto no mercado internacional, como no nacional. Caso a Emissora não seja capaz de manter sua posição dentre as líderes destes mercados, sua condição financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A Emissora poderá incorrer em custos maiores decorrentes do cumprimento da Legislação Ambiental.

A Emissora está sujeita a rigorosas leis e regulamentos ambientais na esfera federal, estadual e municipal. Esse conjunto de regras contém complexas normas de controle ambiental, dentre as quais destacam-se as que tratam do armazenamento e descarga de materiais perigosos e da emissão de poluentes líquidos, sólidos e gasosos. O descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, pode resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com pesadas multas, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da Emissora, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.

Note-se, ainda, que a legislação ambiental está se tornando mais rigorosa no Brasil e internacionalmente, sendo possível que os investimentos e despesas necessários à observância da legislação ambiental aumentem substancialmente no futuro, o que poderá afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora.

RISCOS RELATIVOS À EMISSORA

No segmento de cartão de embalagem para líquidos (liquid packaging board), as vendas da Emissora se dão para um único cliente, que consome 100% da produção desse cartão. Essa exclusividade faz com que a Emissora dependa desse cliente para manter-se nesse segmento de mercado.

A Emissora fornece com exclusividade no mercado nacional, há mais de 20 anos, cartão de embalagens para líquidos (liquid packaging board) para a Tetra Pak. Essa empresa é a única cliente da Emissora nesse segmento de mercado e adquire 100% dessa produção, bem como é a única grande consumidora deste tipo de embalagem no Brasil. Assim, toda a produção de cartões de embalagens para líquidos da Emissora, que no ano de 2003 representou aproximadamente 12% do seu faturamento bruto, é destinada à Tetra Pak.

Além disso, desde o início de sua relação, a Emissora e a Tetra Pak nunca firmaram contrato de fornecimento de cartão de embalagens para líquidos, o que significa que a Tetra Pak não está obrigada a adquirir esse produto da Klabin. Caso a Tetra Pak deixe de adquirir a produção de cartões de embalagem de líquidos da Emissora por qualquer motivo, a Emissora provavelmente não terá para quem destinar esses produtos, sendo obrigada a deixar de atuar nesse segmento de mercado. Caso a Emissora deixe de atuar nesse segmento, seus resultados operacionais e sua condição financeira poderão ser negativamente afetados de forma relevante.

Há restrições contratuais à capacidade de endividamento da Emissora.

Em virtude de contratos celebrados para a captação de recursos, a Emissora está sujeita a certas cláusulas e condições que restringem sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos. Na hipótese de descumprimento, pela Emissora, de qualquer disposição dos referidos contratos, nos prazos e formas neles previstos, e caso a Emissora não consiga renúncia dos credores quanto ao inadimplemento, tornar-se-ão exigíveis os valores vencidos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos. O vencimento antecipado das obrigações da Emissora poderá acarretar sérios efeitos sobre sua situação financeira. Ademais, a existência de limitações ao endividamento da Emissora poderá afetar sua capacidade de captar novos recursos necessários ao financiamento de suas atividades e de suas obrigações vincendas, o que poderá influenciar negativamente a capacidade da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, inclusive com relação às debêntures que venham a ser emitidas no âmbito do Programa. Para maiores detalhes sobre as restrições a que a Emissora está sujeita, vide Seção "Contratos Financeiros Relevantes" deste Prospecto.

A cobertura de seguros da Emissora pode ser insuficiente para ressarcir eventuais perdas, bem como não abrange danos causados às suas florestas, como incêndios e pragas florestais.

Os seguros contratados pela Emissora podem ser insuficientes para o ressarcimento de eventuais danos. As unidades industriais da Emissora estão seguradas por apólices contra incêndio, responsabilidade civil por acidentes e riscos operacionais. Adicionalmente, foram contratados seguros para o transporte nacional e internacional dos produtos fabricados pela Emissora. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados pode acarretar custos adicionais inesperados e significativos à Emissora, afetando de forma adversa seus resultados operacionais e condição financeira.

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Ademais, a Emissora não possui seguros contra danos causados a suas florestas. Assim, qualquer dano relevante às florestas poderá resultar em um impacto adverso nas atividades, resultados operacionais e condição financeira da Emissora. (Vide Seção “NEGÓCIOS DA EMISSORA”, item “Seguros” deste Prospecto).

Os negócios e o resultado operacional da Emissora podem ser adversamente afetados pelo desempenho da economia argentina.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2003, aproximadamente 7% do faturamento bruto da Emissora proveio de suas vendas ao mercado argentino. Desse total, aproximadamente 2% representaram vendas realizadas diretamente pela controlada da Emissora localizada naquele país e 5% representaram exportações de produtos fabricados pela Emissora no Brasil.

A economia argentina ainda não se recuperou de uma longa e acentuada recessão que levou à suspensão temporária do pagamento da dívida externa do País e a crises políticas, sociais e institucionais. As negociações de ajuda por parte de entidades multilaterais, como o Fundo Monetário Nacional, não têm apresentado resultados satisfatórios e não há perspectiva de solução da crise no curto ou médio prazo.

O aprofundamento da crise argentina pode ter um impacto negativo nas vendas diretas e indiretas da Emissora no mercado argentino, afetando adversamente os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

A Emissora pode ser afetada adversamente por decisões a ela desfavoráveis em processos judiciais e administrativos em curso.

A Emissora é parte em diversas ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões fiscais, administrativas, cíveis e trabalhistas, as quais a Emissora estimava representar uma contingência total de, aproximadamente, R\$ 321,5 milhões em 30 de setembro de 2004. Desse total, R\$ 112,8 milhões encontravam-se provisionados. A condição financeira da Emissora pode ser afetada adversamente em virtude de decisões desfavoráveis nessas ações judiciais e processos administrativos. (Vide Seção “CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS” do Prospecto).

Impossibilidade de comparação das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2003, 2002 e 2001 e aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2004, 2003, 2002 e 2001.

Durante o exercício de 2003, foram realizadas operações de desinvestimentos que resultaram no encerramento das atividades da Emissora nos segmentos de papel imprensa, celulose de mercado, celulose solúvel e papéis sanitários. A partir dessas operações, a Emissora e suas controladas concentraram suas atividades nos segmentos de madeira, papel, caixas de papelão ondulado, sacos multifolhados e envelopes. Em conseqüência, a comparabilidade das demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, 2002 e 2001 e dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2004, 2003, 2002 e 2001, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, está prejudicada.

Para tornar comparáveis entre si os resultados operacionais consolidados da Emissora obtidos entre 2001 e 2003, considerando apenas as operações relativas aos segmentos de negócios que faziam parte do *portfólio* de negócios da Emissora existente em 31 de dezembro de 2003, foram preparadas demonstrações “pro forma” do resultado operacional consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, 2002 e 2001 e dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2003, 2002 e 2001, as quais se encontram anexas ao presente Prospecto.

Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exceto:

- i. pela exclusão das operações relativas aos negócios de papel imprensa, celulose de mercado, celulose solúvel e papéis sanitários, em função do processo de desinvestimento ocorrido em 2003;
- ii. pela exclusão das receitas e despesas financeiras e do resultado de equivalência patrimonial em empresas coligadas, em razão da impossibilidade de alocar corretamente as receitas e despesas financeiras aos negócios descontinuados, tendo em vista a centralização da administração financeira;
- iii. pelo não reflexo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2001, da reestruturação societária realizada no resultado operacional consolidado, conforme descrito na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2001.

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

O objetivo dos ajustes “pro forma” comentados acima é, exclusivamente, demonstrar os resultados operacionais consolidados históricos da Emissora sem os efeitos das operações que foram descontinuadas até 31 de dezembro de 2003.

Cabe esclarecer que esses resultados operacionais consolidados “pro forma” não contemplam eventuais ajustes que poderiam advir caso a Emissora e os negócios descontinuados tivessem operado como entidades independentes durante os respectivos períodos, o que limita a análise dos resultados da Emissora, pelos investidores, nesses períodos.

Adicionalmente, esses resultados não são, necessariamente, indicativos da performance futura da Emissora.

RISCOS RELACIONADOS ÀS EMISSÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão a ser utilizada para as ofertas públicas de debêntures no âmbito do Programa estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado pré-definidas.

A Escritura de Emissão (Anexo C) a ser utilizada para as emissões de debêntures no âmbito do Programa estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas ofertas públicas, tais como pedido de concordata ou falência pela Emissora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão e vencimento antecipado de outras dívidas. Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado, a Emissora poderá encontrar dificuldades em obter recursos financeiros necessários para realizar o pagamento das debêntures.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da ofertas públicas realizadas no âmbito do Programa poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures emitidas por meio dessas ofertas para negociação no mercado secundário.

Para se realizar classificação de risco, certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características das próprias emissões e das debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às ofertas públicas realizadas no âmbito do Programa durante a vigência de qualquer das respectivas debêntures poderá afetar negativamente o preço das debêntures e sua negociação no mercado secundário.

Baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures historicamente apresenta baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das debêntures que possibilite aos subscritores desses títulos sua alienação caso estes assim decidam. Além da dificuldade na realização da venda, a baixa liquidez no mercado secundário de debêntures no Brasil pode causar também a deterioração do preço de venda desses títulos.

Informações acerca do futuro da Emissora.

O Prospecto pode conter informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que refletem as opiniões da Emissora em relação a eventos futuros e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta Seção “FATORES DE RISCO” e em outras seções do Prospecto. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Emissora e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo que dispõem os artigos 8º e 13º da Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, e a Instrução CVM 400/03.

Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio das emissões de Debêntures realizadas no âmbito do Programa serão destinados ao pagamento e refinanciamento de dívidas da Emissora, formação de capital de giro e financiamento das atividades previstas em seu objeto social. A destinação dos recursos de cada Oferta constará da Escritura de Emissão e do Suplemento referentes à Oferta em questão.

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Informações Relativas ao Programa

I. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 30 de setembro de 2004, o valor do capital social da Emissora era de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), dividido de acordo com a tabela abaixo:

<u>Composição Acionária do Capital Social em 30 de setembro de 2004</u>		
<u>Tipo</u>	<u>Quantidade de Ações Nominativas e Escriturais</u>	<u>Valor do Capital em R\$</u>
Ordinárias	317.049.392	276.055.093
Preferenciais	601.750.949	523.944.907
Total	<u>918.800.341</u>	<u>800.000.000</u>

Dispersão Acionária

A tabela a seguir apresenta a posição acionária, em 30 de setembro de 2004, dos principais acionistas da Emissora:

<u>Acionista</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>	<u>Total de Ações</u>	<u>% Total</u>
Klabin Irmãos & Cia.	163.797.753	51,6632	---	---	163.797.753	17,8274
Monteiro Aranha S.A. (investidora)	63.458.605	20,0154	33.142.268	5,5076	96.600.873	10,5138
Niblak Participações S.A.	24.699.654	7,7905	---	---	24.699.654	2,6883
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	-	-	188.937.048	31,3979	188.937.048	20,5634
Ações em tesouraria	221.829	0,0700	895.216	0,1488	1.117.045	0,1216
Demais Acionistas	64.871.551	20,4609	378.776.417	62,9457	443.647.968	48,2855
Total	<u>317.049.392</u>	<u>100,0000</u>	<u>601.750.949</u>	<u>100,0000</u>	<u>918.800.341</u>	<u>100,0000</u>

II. CARACTERÍSTICAS E PRAZOS

O Programa foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Emissora (“RCA”), realizada em 3 de novembro de 2004 (o “Programa”), com as seguintes características:

1. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será definido a cada Emissão e constará do respectivo Suplemento.

2. Quantidade de Títulos

A quantidade de debêntures a ser emitida em cada uma das Emissões constará do respectivo Suplemento.

3. Valor Total do Programa

O valor total do Programa será de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

4. Duração

O Programa terá duração de até 2 (dois) anos, contados do seu arquivamento pela CVM.

5. Séries

Cada Emissão do Programa poderá ser feita em uma ou mais séries. Caso as Emissões sejam feitas em mais de uma série, as Debêntures de cada série deverão possuir igual valor nominal e conferirão a seus titulares os mesmos direitos.

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

6. Suplemento ao Prospecto

Cada Emissão realizada no âmbito do Programa será descrita em um Suplemento, que conterà, inclusive, os termos e condições aplicáveis a cada Emissão, o qual deverá ser lido conjuntamente com este Prospecto.

7. Data de Emissão

A data de emissão referente a cada Emissão, será aquela especificada no respectivo Suplemento.

8. Conversibilidade, Tipo, Forma e Espécie

As Debêntures do Programa serão simples (não conversíveis em ações), nominativas e escriturais. As Debêntures de cada Emissão poderão ser das espécies sem garantia nem preferência (quirografárias) ou subordinadas.

9. Vencimento final

Os prazos de vencimento das Debêntures do Programa serão diferentes para cada Emissão, e deverão ser especificados nos respectivos Suplementos. Não obstante, as Debêntures a serem emitidas no âmbito do Programa terão o prazo mínimo de 1 ano e o prazo máximo de 20 anos, contados da data de emissão.

10. Remuneração

As remunerações aplicáveis às Debêntures do Programa poderão diferir para cada Emissão, e serão especificadas nos respectivos Suplementos.

11. Condições de Pagamento

11.1. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme cada Emissão realizada no âmbito do Programa: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; e/ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; e/ou (iii) para os titulares de Debêntures de cada Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio dos respectivos Bancos Mandatários e Escrituradores de cada Emissão.

11.2. Imunidade: Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

11.3. Amortização Programada: A ser definida em cada uma das Emissões e incluída nos respectivos Suplementos.

11.4. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

11.5. Multas e Encargos Moratórios: Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória e juros de mora especificados na Escritura de Emissão de cada Oferta e informados no respectivo Suplemento.

11.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e/ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

12. Aquisição Antecipada

A ser definida em cada uma das Emissões e incluída nos respectivos Suplementos.

13. Vencimento Antecipado

13.1. As hipóteses de vencimento antecipado descritas abaixo são válidas para todas as Debêntures do Programa, devendo as características em aberto serem especificadas quando da realização de cada Oferta no âmbito do Programa.

13.2. Observados os itens 13.2.1, 13.2.2., 13.3. e 13.3.1. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um deles um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora, ou por suas controladas, diretas ou indiretas;
- (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, ou de suas controladas, diretas ou indiretas;
- (c) falta de pagamento, pela Emissora, do principal e/ou da Remuneração das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- (d) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, em montante individual ou total igual ou superior a R\$[*] (•);
- (e) fusão, cisão, incorporação e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Emissora, ou suas controladas, diretas ou indiretas, sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas, conforme *quorum* a ser estabelecido na respectiva Escritura de Emissão;
- (f) se ocorrer qualquer alienação, alteração, transferência, compartilhamento, restrição ou modificação, a qualquer título, de forma direta ou indireta, do atual controle acionário da Emissora, conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, ou de qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, ainda que por meio de acordos de acionistas, sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas, conforme *quorum* a ser estabelecido na respectiva Escritura de Emissão;
- (g) se a Emissora, ou suas controladas, diretas ou indiretas, deixarem de pagar, na data de vencimento, quantia igual ou superior, em valor individual ou total, de R\$[*] (•); proveniente de acordo ou contrato de qual sejam partes ou garantidoras;
- (h) protestos de títulos contra a Emissora, ou contra suas controladas, diretas ou indiretas, cujo valor total inadimplido individual ou total ultrapasse R\$[*] (•), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou suas controladas, diretas ou indiretas, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de sustação judicial ou depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos de sua ocorrência;
- (i) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, pela Emissora, quando esta estiver em mora perante os debenturistas, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) falta de cumprimento pela Emissora, ou por suas controladas, diretas ou indiretas, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão;
- (k) se houver alteração ou modificação do objeto social da Emissora, que enseje direito de recesso por parte dos acionistas;
- (l) descumprimento dos seguintes índices financeiros: [*]; e
- (m) alteração da classificação de risco da Emissora que resulte em *rating* da Emissão inferior a “[*]” da [*] na escala local, ou em *rating* equivalente por outra agência de classificação de risco que venha a avaliar a Emissão;
- (n) a prática de quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social ou a Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas.

13.2.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (f) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos debenturistas.

13.2.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (g) até (n) supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido no item 13.3. abaixo.

13.3. A Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 13.2.2. anterior poderá, por deliberação de [•]% ([•] por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

13.3.1. Para fins dos itens “a” e “b” da Cláusula 13.2. acima, será considerado como pedido de concordata preventiva ou decretação de falência qualquer procedimento extra-judicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências e concordatas.

14. Resgate Antecipado Facultativo

As Debêntures do Programa poderão ou não estar sujeitas ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, o que será especificamente determinado no Suplemento de cada Emissão.

15. Repactuação

As Debêntures do Programa poderão ou não estar sujeitas a repactuação programada, conforme determinado no Suplemento de cada Emissão.

16. Registro para Distribuição e Negociação

16.1. As Debêntures poderão ter registro para distribuição no mercado primário junto ao SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP [e /ou] ao BOVESPA FIX, segundo suas normas e procedimentos e se submeterão aos controles de compensação e liquidação da CBLC.

16.2. As Debêntures poderão ter registro para negociação no mercado secundário junto ao SND, administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados na CETIP [e/ou] ao BOVESPA FIX e SOMA FIX, da BOVESPA, sendo os negócios liquidados na CBLC, segundo suas normas e procedimentos e se submeterão aos controles de compensação e liquidação da CETIP e/ou da CBLC, conforme o caso.

17. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures do Programa será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures de qualquer uma das Séries, o Relatório de Posição de Ativos, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

18. Direito de Preferência

Não haverá preferência para os atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures emitidas no âmbito do Programa.

19. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - INTERNET (www.klabin.com.br), exceção feita ao anúncio de início de Distribuição da Debêntures e o anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que apenas serão publicados

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na rede internacional de computadores – INTERNET, no endereço acima referido.

20. Quorum de Deliberação

Os *quora* de deliberação das Assembléias Gerais de Debenturistas serão especificados na Escritura de Emissão de cada Oferta e serão informados no respectivo Suplemento.

21. Modificação e Revogação da Oferta

21.1. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos debenturistas. Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamente, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a Emissora e o Coordenador Líder poderão solicitar à CVM modificação ou revogação da Oferta.

21.2. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores a ela, ocasião na qual os valores, bens ou direitos oferecidos pelos investidores em contrapartida às Debêntures ofertadas deverão ser restituídos integralmente aos aceitantes, na forma estabelecida no item 22 abaixo.

21.3. A alteração será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início de Distribuição.

21.4. Na hipótese prevista no item 21.1 acima, os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Neste caso, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados pelos Coordenadores diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

21.5. Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à respectiva Emissão, os valores serão restituídos da maneira prevista no item 22 abaixo.

22. Restituição de Recursos

Caso a Emissão não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos entregues pelos investidores com relação às Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos investidores, por intermédio do STD, BOVESPA FIX e/ou Banco Mandatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem incidência de juros ou correção monetária e deduzido o valor relativo à CPMF. O aqui disposto se aplica também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à Oferta quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso a referida condição não seja satisfeita. Caso esse procedimento de restituição de valores seja utilizado, o investidor deverá fornecer um recibo de quitação à Emissora, bem como deverá efetuar a devolução do boletim de subscrição, caso tenha havido a subscrição de Debêntures.

23. Cronograma da Oferta

O cronograma das etapas da Oferta será definido nos respectivos Suplementos.

24. Público Alvo

O público alvo das Emissões constará de cada um dos Suplementos.

25. Inadequação do Investimento

Qualquer hipótese de inadequação do investimento com relação a determinados tipos de investidores será indicada nos Suplementos.

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

26. Suspensão

26.1. Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400/03, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição a ser realizada no âmbito deste Programa que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400/03 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender a oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

26.2. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro.

26.3. A Emissora dará conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceito a Oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas, sem adição de juros ou correção monetária e deduzida a quantia relativa à CPMF, por intermédio do STD, BOVESPA FIX e/ou Banco Mandatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Caso esse procedimento de restituição de valores seja utilizado, o investidor deverá fornecer um recibo de quitação à Emissora, bem como deverá efetuar a devolução do boletim de subscrição, caso tenha havido a subscrição de Debêntures.

III. CONTRATO DE COLOCAÇÃO DE DEBÊNTURES

1. Emissora

Klabin S.A.

2. Coordenador Líder do Programa

Banco Itaú BBA S.A.

3. Demais Coordenadores do Programa

Banco Bradesco S.A.

4. Melhores Esforços e/ou Garantia Firme

As Debêntures do Programa poderão ser distribuídas sob o regime de melhores esforços de colocação e/ou garantia firme, conforme disposto nos contratos de colocação e distribuição relativos a cada Emissão (os "Contratos de Colocação das Emissões"), bem como o disposto nos respectivos Suplementos.

5. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

As Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização. A forma de integralização das Debêntures será especificada na Escritura de Emissão de cada Oferta e informada no respectivo Suplemento.

6. Forma de Colocação

6.1. A forma de colocação das Debêntures será definida nos respectivos Contratos de Colocação das Emissões. A colocação das Debêntures será feita mediante intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, podendo ser feita por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e/ou BOVESPA FIX, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CBLC, utilizando-se o procedimento de distribuição a ser especificado no Contrato de Colocação de cada Oferta e informado no respectivo Suplemento.

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

6.2. O prazo para colocação pública das Debêntures será definido em cada uma das Emissões e constará dos respectivos Suplementos.

6.3. Cada pagamento referente à integralização das Debêntures será feito adotando-se os procedimentos estabelecidos pela CETIP [e/ou] pela CBLC, ou na sede da Emissora, ou por meio de instituição financeira contratada para este fim.

6.4. O plano de distribuição das Debêntures será determinado quando da realização de cada Oferta e constará dos respectivos Suplementos, observado que os Coordenadores deverão assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

7. Aumento, a critério da Emissora, da quantidade de Debêntures a serem distribuídas

Observado o limite máximo de emissão para o presente Programa, a possibilidade do aumento, a critério da Emissora, da quantidade de Debêntures a serem distribuídas em cada Oferta, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400/03, será acordada em cada uma das Ofertas e constará dos respectivos Suplementos.

8. Distribuição de Lote Suplementar

Observado o limite máximo de emissão para o presente Programa, a possibilidade de colocação de lote suplementar, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400/03, será acordada em cada uma das Emissões e constará dos respectivos Suplementos.

9. Distribuição Parcial das Debêntures

9.1. Havendo a possibilidade de distribuição parcial de Debêntures a serem emitidas em Oferta realizada no âmbito do Programa, os aceitantes da respectiva Oferta poderão, no ato da aceitação, condicionar sua adesão à colocação integral das Debêntures ou à colocação de proporção ou quantidade mínima de Debêntures, no caso de não haver a distribuição total das Debêntures de cada Emissão, o que deverá ser indicado pelos aceitantes da oferta, no momento da subscrição das Debêntures.

9.2. Na hipótese de colocação de Debêntures em montante inferior ao estipulado pelo investidor, ou de não colocação da totalidade das Debêntures da respectiva Emissão, os valores eventualmente recebidos em contrapartida à subscrição das Debêntures, deverão ser proporcionalmente restituídos ao subscritor, de acordo com a proporção prevista no respectivo boletim de subscrição, em moeda corrente nacional, por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, em conta corrente indicada pelo investidor, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do encerramento da respectiva Emissão, sem adição de juros e correção monetária e deduzida a quantia relativa à CPMF. Caso esse procedimento seja utilizado, o investidor deverá fornecer um recibo de quitação à Emissora, bem como deverá efetuar a devolução do boletim de subscrição. O aqui disposto se aplica também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à Oferta quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não tenha sido satisfeita.

10. Relações com os Coordenadores do Programa

A Emissora possui relações comerciais e diversas operações de crédito com os Coordenadores do Programa, as quais se encontram descritas nas seções “OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO PROGRAMA” e “CONTRATOS RELEVANTES DA EMISSORA”, deste Prospecto.

11. Demonstrativo do Custo da Distribuição

11.1. Remuneração:

Pela execução dos serviços de colocação, os Coordenadores poderão receber as comissões e prêmio abaixo descritos, conforme for acordado nos Contratos de Colocação das Ofertas:

01265-3

89.637.490/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- a) Comissão de Coordenação e Estruturação;
- b) Comissão de Colocação;
- c) [Outras Comissões, Conforme Aplicável];
- d) Prêmio de Garantia Firme de Subscrição.

11.1.1. As comissões e prêmio serão pagos na forma e no prazo determinado nos respectivos Contratos de Colocação das Emissões.

11.2. Custos do lançamento:

Os custos envolvidos em cada uma das Emissões serão definidos nos respectivos Contratos de Colocação das Emissões e constarão dos Suplementos.

11.3. Despesas Decorrentes do Registro:

Taxa de Registro da Distribuição das Debêntures junto à CVM: 0,30%, incidente sobre o valor de cada Emissão, considerando como teto para o pagamento da referida taxa o valor de R\$ 82.870,00 (oitenta e dois mil, oitocentos e setenta reais).

IV. CONTRATO DE GARANTIA DE LIQUIDEZ/ESTABILIZAÇÃO DE PREÇO

Não há e nem será constituído fundo de manutenção de liquidez para as Debêntures e não serão firmados contratos de estabilização de preços com relação às Debêntures.

V. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos por meio das emissões de Debêntures realizadas no âmbito do Programa serão destinados ao pagamento e refinanciamento de dívidas da Emissora, a formação de capital de giro e financiamento das atividades previstas em seu objeto social. A destinação dos recursos de cada Oferta constará da Escritura de Emissão e do Suplemento referentes à Oferta em questão.

O demonstrativo das fontes e da utilização programada pela Emissora para os recursos captados por meio de cada Oferta realizada no âmbito do Programa poderá ser encontrado nos Suplementos.

VI. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Emissora contratará a elaboração de relatórios de classificação de risco para cada Emissão no âmbito do Programa.

VII. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente Prospecto foi elaborado de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários registrado no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 497585, atendendo aos padrões mínimos de informação contidos no mesmo, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade do emissor/ofertante, das instituições participantes e dos títulos e valores mobiliários objeto da oferta.

01265-3

89.637.490/0001-45

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Em 2003, os investimentos totalizaram R\$ 125 milhões (R\$ 148 milhões em 2002), aplicados principalmente nas unidades de papel.

01265-3

89.637.490/0001-45

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Líder na maioria desses mercados, a Klabin busca definir-se como uma empresa de soluções de embalagens, tendo sido a pioneira na adoção do conceito de desenvolvimento sustentado e equilibrado, utilizando tecnologias não agressoras ao meio ambiente e preservando grandes áreas de florestas nativas. A totalidade das florestas da Klabin no Paraná, plantadas e nativas, estão certificadas pelo Forest Stewardship Council (FSC). As de Santa Catarina estão em processo de certificação, também pelo FSC

Em dezembro de 2003 a Klabin detinha a posse de uma área total de 350,5 mil hectares de terras sendo 186 mil hectares de florestas plantadas de pinus, eucalipto e araucária e preservados 123 mil hectares de mata nativa.

A Klabin busca ativamente minimizar o impacto de suas operações sobre o meio ambiente. Essa preocupação com o meio ambiente é arraigada na história da Klabin. No início da década de 1970, por exemplo, a Klabin desenvolveu um plano global para suas terras com florestas nativas, com o intuito de preservar a biodiversidade, decisão tomada muito antes de a comunidade empresarial ter desenvolvido seu atual grau de conscientização ambiental.

A Klabin efetua investimentos contínuos destinados a mitigar o impacto de suas operações sobre o meio ambiente. Esses investimentos também beneficiam a Klabin ao reduzir os custos marginais de produção por meio do aumento da eficiência no uso de matérias-primas e ao resguardar suas florestas de doenças. A Klabin também desenvolve esforços educacionais relativos a suas operações e ao meio ambiente entre a população local na área vizinha às suas operações.

Legislação Ambiental: A Constituição Federal concede, tanto ao governo federal como ao estadual, competência concorrente para promulgar leis e editar regulamento em matéria ambiental. A legislação ambiental dos estados nos quais a Klabin realiza atividades industriais, além das normas de aplicação geral, apresenta certas especificidades aplicadas à sua atividade; os padrões são estabelecidos nas licenças ambientais (licenças prévia, de instalação e operação) emitidas a cada companhia ou fábrica. As licenças de operação estão sujeitas a renovação, podendo, por conseguinte, ser modificadas de um ano para o outro.

Os efluentes líquidos, resíduos sólidos e emissões no ar observam todas as leis e regulamentos aplicáveis dos estados nos quais a Klabin realiza suas atividades industriais. Por conseguinte, não prevê dispêndios contínuos significativos efetuados com a finalidade exclusiva de observar leis e regulamentos ambientais existentes ou atualmente propostos.

Cargas de Emissões no Ar. A Klabin efetuou investimentos significativos durante os últimos 20 anos em filtros eletrostáticos, purificadores de gases e no desenvolvimento de novos procedimentos operacionais destinados a diminuir as cargas de emissões no ar..

Efluentes Líquidos. A água é crucial para o processo de fabricação de papel e celulose. A Klabin obtém água dos rios que correm próximo às fábricas. Depois de a água ser usada no processo de fabricação, os efluentes são submetidos a tratamentos mecânicos, biológicos e químicos antes de devolvê-los aos rios. A Klabin também dispõe de lagoas ou tanques de emergência que possibilitam evitar a descarga de efluentes não tratados nos rios em caso de problemas com suas instalações de tratamento de efluentes monitorados constantemente por meio de análises químicas, físicas e biológicas. A Companhia também monitora as características do ecossistema próximo às suas fábricas.

01265-3

89.637.490/0001-45

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Resíduos Sólidos. A Klabin identificou usos produtivos para parte dos resíduos sólidos resultantes de seu processo de fabricação de papel e celulose, sendo o restante dos resíduos sólidos vendidos a terceiros para uso em seus processos de produção ou descartados em aterros sanitários.

Preservação de Florestas. Toda a madeira de processo usada pela Klabin provém de plantações de árvores e não de florestas nativas. As técnicas de cultivo buscam preservar a saúde de suas florestas. A política de Klabin é mais restritiva do que a exigência da lei brasileira segundo a qual 20% das terras da Companhia não devem ser cultivadas ou devem ser cultivadas com espécies nativas de árvores, e não com eucalipto e pinheiro. A Klabin também fornece sementes e assistência técnica a comunidades vizinhas tendo em vista uma variedade de finalidades, especialmente para o plantio de florestas.

Proteção à Vida Selvagem. A Klabin acredita que seu esquema de florestas em "mosaico", segundo o qual áreas cultivadas são mescladas com áreas de florestas nativas preservadas, manteve a biodiversidade da região e possibilitou a sobrevivência da fauna nativa, que inclui o macaco-prego, bugios, capivaras, javalis, catetos, veados, suçuruanas, felinos de pequeno porte (jaguatirica, gato-mourisco e gato selvagem), cotias e quatis. A fauna das florestas da Klabin é estudada e protegida pelos especialistas da Klabin, com suporte de universidades, através de convênios. A Klabin mantém um criadouro científico da fauna silvestre, registrado e aprovado pelo IBAMA, órgão federal de proteção ao meio ambiente.

Reciclagem. A Klabin é a maior recicladora de papéis do Brasil, com capacidade anual de 400 mil toneladas, o equivalente a um terço da produção nacional. Além de estimular a criação de novos postos de trabalho, essa prática contribui para a limpeza do meio ambiente.

A preocupação com reciclagem estende-se também a outras áreas. Na unidade de Itajaí, em Santa Catarina, ocorre o reaproveitamento da água utilizada, que passa a ser empregada na jardinagem, lavagem das empilhadeiras, nos banheiros e na fabricação de cola..

Desde 1999, em parceria com a Tetra Pak, a Klabin recicla embalagens cartonadas, na unidade de Piracicaba. Para isso, emprega equipamentos e controle de processo de última geração, que garantem o reaproveitamento do papel na produção de caixas de papelão ondulado. Está sendo desenvolvido um projeto-piloto, pioneiro mundialmente, de reciclagem total, separando os três elementos: polipropileno, alumínio e papel.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	1,50	0,00	SIM	27.275	0
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	12,03	0,00	SIM	218.701	0
03	OUTRAS	0,13	0,00	SIM	2.333	0

01265-3

89.637.490/0001-45

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

	2003			2002		
	Ativo Passivo	Receitas (Despesas)	Vendas (Compras)	Ativo Passivo	Receitas (Despesas)	Vendas (Compras)
Ativo circulante - clientes						
Klabin Argentina S.A.	(i) 3.690		24.355	22.702		19.318
Klabin Kimberly S.A.			50.638	23.036		92.160
Klabin Riocell Trade Limited Partnership		(10.963)	214.591	172.862		303.748
Klabin Monte Alegre Com. e Ind. Ltda. (anteriormente denominada Norske Skog Klabin Com. e Ind. Ltda.)	(ii) 54.957		5.582	53.662		64.070
Outras			674	53		1.315
	58.647			272.315		
Realizável a longo prazo						
Debêntures						
Riocell S.A.		25.833		620.082		
Mútuo						
Klabin Paraná Produtos Florestais Ltda.	2.018			1.976		
Mirca Limited	(iii) 133.644	(11.221)		44.146		
Outras	887			1.998		
	136.549			48.120		
	136.549			668.202		
Passivo circulante						
Fornecedores						
Klabin Bacell S.A.		2.895	(114.989)	38.648		(140.957)
Outras			(12.009)	5.410		(11.302)
				44.058		
Comissão de aval						
Klabin Irmãos & Cia.	(iv)	(20.890)		2.243	(11.170)	
Outras						
Klabin Riocell Trade Limited Partnership				9.264	(2.112)	
Klabin Argentina S.A.				110		
				9.374		
Recebimento Antecipado de Clientes						
Klabin Riocell Trade Limited		14.902		86.578	(19.533)	
				142.253		
Exigível a longo prazo						
Mútuos						
Mirca Limited	4.412	983		5.393		
Outras						
Klabin Monte Alegre Com. e Ind. Ltda.	(v) 88.029					
Antas Serviços. Florestais Ltda.	860			870		
	93.301			6.263		

- (i) Remessa de papel a preços e prazos nas condições usuais de mercado.
 (ii) Remessa de celulose a preços e prazos nas condições usuais de mercado.
 (iii) Mútuo em US\$ + Libor + 0,5% a.a.
 (iv) Comissão de aval sobre o saldo de financiamentos do BNDES de 2% a.a..
 (v) Crédito resultante da transação descrita na Nota 8 (g).

01265-3

89.637.490/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

KLABIN S.A.

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

APROVADO PELA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 28/12/2001

ALTERAÇÕES:

AGE DE 03/06/2002 (ART. 15)

AGE DE 31/03/03 (ART. 13)

AGE/O DE 23/03/04 (ART. 25, b, iv)

AGE DE 28/07/04 (ART. 18, "CAPUT" E ART. 19, § 1º)

CAPÍTULO I

Da Denominação, Objeto, Sede e Duração

Art. 1º - **KLABIN S.A.** é uma sociedade anônima, regida por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A sociedade tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, mediante deliberação do Conselho de Administração, criar e extinguir filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos do seu interesse, no país e no exterior.

Art. 3º - A sociedade tem por objeto:

- a) A exploração industrial e comercial, inclusive importação e exportação de celulose, pasta de madeira, papel, cartão e congêneres, seus subprodutos e derivados, embalagens para quaisquer fins, produtos de madeira em todas as suas formas, produtos florestais e agropecuários, inclusive sementes, máquinas e matérias-primas;
- b) A silvicultura, agricultura e pecuária, inclusive florestamento e reflorestamento por qualquer das modalidades incentivadas por disposição legal, abrangida a captação de recursos de terceiros;
- c) A mineração, incluindo pesquisas e lavra de minérios, sua industrialização e comércio;
- d) A tecnologia e serviços relacionados com o objeto social;
- e) O transporte, postos de fornecimento de combustível e lubrificantes e outras atividades acessórias que sua natureza de indústria integrada tornem necessárias;
- f) A participação em outras sociedades.

Art. 4º - A duração da sociedade é por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital Social e Ações

Art. 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), dividido em 918.800.341 (novecentos e dezoito milhões, oitocentas mil, trezentas e quarenta e uma) ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 317.049.392 (trezentos e dezessete milhões, quarenta e nove mil, trezentas e noventa e duas) ações ordinárias e 601.750.949 (seiscentos e um milhões, setecentas e cinquenta mil, novecentas e quarenta e nove) ações preferenciais.

01265-3

89.637.490/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- § 1º - Os aumentos de capital poderão não guardar a proporção existente entre as espécies e classes de ações, observado que o número de ações preferenciais sem direito a voto não poderá ultrapassar 2/3 do total de ações emitidas.
- § 2º - A sociedade poderá emitir ações e debêntures conversíveis em ações, sem direito de preferência para os antigos acionistas, obedecidas as disposições previstas em lei.
- § 3º - As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas aos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias contado da publicação da respectiva ata, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral.
- § 4º - As ações preferenciais, que não gozarão do direito a voto, terão prioridade no reembolso, em caso de liquidação da sociedade, bem como prioridade no recebimento de dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, acrescidos de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a estas últimas.
- § 5º - As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações das Assembléias Gerais, observadas as restrições legais.
- § 6º - É assegurada igualdade de direitos aos titulares de ações da mesma classe.
- § 7º - O Conselho de Administração poderá autorizar a aquisição de ações da companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições aplicáveis.

Art. 6º - A Sociedade pode emitir certificados múltiplos, nominativos, representativos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem.

§ **Único** - Os desdobramentos e agrupamentos de certificados múltiplos de ações serão feitos por solicitação do acionista por preço não superior ao de custo.

Art. 7º - Os certificados de ações da sociedade serão assinados por dois diretores ou dois procuradores com poderes especiais, ou, ainda, serão autenticados por chancela mecânica, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 8º - As ações emitidas poderão ser subscritas e integralizadas em dinheiro ou mediante a conferência de bens ou créditos, atendidas as previsões legais.

Art. 9º - A Companhia fica autorizada a manter todas suas ações ou uma ou mais classes delas em conta de depósito, em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada que designar, mediante apresentação e cancelamento dos certificados em circulação, obedecidas as normas então vigentes.

§ **Único** - Em caso de conversão em ações escriturais, a instituição depositária poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência de propriedade, atendidos os limites fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

01265-3

89.637.490/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Art. 10 - A Diretoria poderá suspender os serviços de conversão, desdobramento, agrupamento e transferência pelo prazo máximo de 15 dias consecutivos antes da realização da Assembléia Geral, ou por 90 dias intercalados durante o ano.

Art. 11 - As ações decorrentes de bonificação serão emitidas no prazo máximo de 60 dias, a contar da publicação da ata que a autorizar.

CAPÍTULO III Da Assembléia Geral

Art. 12 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente no curso dos 4 (quatro) meses imediatamente subseqüentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais o exigirem.

§ 1º - Somente serão admitidos à Assembléia Geral os titulares de ações cujos nomes estejam inscritos no respectivo registro até 3 (três) dias antes da data de realização da Assembléia.

§ 2º - As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração escolhido pela Assembléia.

§ 3º - O Presidente da Assembléia escolherá dentre os acionistas presentes, um ou mais secretários.

Art. 13 - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações sociais.

§ 1º - As deliberações das Assembléias Gerais, ressalvadas as exceções da lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

§ 2º - A aprovação de contratos entre a Companhia e seus controladores e/ou empresas nas quais estes detenham participação deverá ser tomada em Assembléia Geral de Acionistas, na qual o direito de voto será estendido aos acionistas titulares de ações preferenciais.

CAPÍTULO IV Da Administração

Art. 14 - São órgãos de administração da Sociedade o Conselho de Administração e a Diretoria.

§ 1º - A Assembléia Geral fixará a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração proceder à sua distribuição entre os seus membros e os da Diretoria.

§ 2º - Os conselheiros e diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso.

§ 3º - O prazo de gestão do Conselho de Administração e da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos.

01265-3

89.637.490/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Seção I Do Conselho de Administração

Art. 15 - O Conselho de Administração será composto de 13 (treze) membros, acionistas da Companhia, eleitos pela Assembléia Geral, na forma da legislação em vigor, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, e, para cada um dos conselheiros eleitos, será eleito 1 (um) suplente específico. A Assembléia Geral poderá deixar de preencher até 5 (cinco) cargos de conselheiros e qualquer número de cargos de suplentes.

- § 1º - As reuniões do Conselho de Administração realizar-se-ão ordinariamente uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que for necessário, podendo ser convocadas por seu presidente ou por dois de seus membros, com 8 (oito) dias de antecedência, por carta, telefax, correio eletrônico ou telegrama. Não se realizando a reunião, será expedida nova convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
- § 2º - Os membros do Conselho de Administração não poderão ser eleitos para a Diretoria da sociedade e de suas controladas.
- § 3º - O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os conselheiros eleitos por proposta do acionista majoritário; a escolha do Presidente entre estes respeitará o princípio da rotatividade, ressalvada a reeleição se com o voto favorável de todos os conselheiros eleitos por proposta do acionista majoritário.
- § 4º - O substituto do Presidente do Conselho de Administração, nos casos de impedimentos, ausências e vaga, será eleito mediante a observância dos mesmos critérios do parágrafo anterior.
- § 5º - Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá o cargo até a primeira Assembléia Geral Ordinária. Na falta do respectivo suplente, os demais conselheiros poderão escolher um acionista para preencher a vaga até seu provimento efetivo por Assembléia.
- § 6º - Nas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho de Administração serão substituídos pelo respectivo suplente, ou por outro conselheiro mediante indicação específica do próprio ausente, o qual, além do seu voto próprio, expressará, nas deliberações, o voto do conselheiro ausente. Cada conselheiro só poderá representar na mesma reunião 1 (um) conselheiro ausente.
- § 7º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta de votos, em reunião a que estejam presente, no mínimo, a metade mais um de seus membros, cabendo ao Presidente, além do voto próprio, o voto de desempate.
- § 8º - Das reuniões do Conselho de Administração, serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os presentes. Dever-se-á consignar no livro a não realização de reuniões por falta de "quorum".

Art. 16 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) Fixar os objetivos dos negócios da sociedade e de suas controladas:

01265-3

89.637.490/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- I - orientando a Diretoria sobre a formulação dos planos a médio e longo prazos;
 - II - aprovando os planos de desenvolvimento e de expansão e os investimentos necessários à sua execução;
 - III - aprovando os orçamentos anuais de operações e de investimentos;
- b) Eleger e destituir os diretores da sociedade, fixando-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto;
 - c) Eleger e destituir os Conselheiros Consultivos da Sociedade;
 - d) Acompanhar, em caráter permanente, o desenvolvimento e o desempenho da sociedade;
 - e) Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e os papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
 - f) Convocar a Assembléia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
 - g) Manifestar-se sobre relatórios da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
 - h) Fixar a política de endividamento da Companhia;
 - i) Autorizar atos que ultrapassem os da administração ordinária, tais como:
 - I - participação em outras sociedades e alienação dessas participações;
 - II - constituição, fusão, incorporação, cisão, transformação e extinção de sociedades subsidiárias, alteração de seus contratos ou estatutos sociais;
 - III - aquisição, alienação e oneração de imóveis;
 - IV - alienação de bens móveis do ativo permanente de valor superior ao fixado pelo Conselho;
 - V - criação e extinção de filiais e outros estabelecimentos;
 - VI - constituição de ônus reais e concessão de fianças ou avais, exceto quando em garantia de aquisição do próprio bem;
 - VII - investimentos em projetos de expansão e aperfeiçoamento, de valor superior ao fixado pelo Conselho de Administração;
 - VIII - contratação de serviços de valor superior ao fixado pelo Conselho de Administração;
 - IX - arrendamento mercantil de valor superior ao fixado pelo Conselho de Administração;
 - X - contratação de dívidas a longo prazo;
 - XI - aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeitos de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
 - XII - alienação, oneração ou cessão de uso de patentes e marcas;
 - XIII - estabelecimento de planos previdenciários para os empregados da Companhia;
 - XIV - Emissão de Títulos de Crédito destinados à distribuição pública, observada a legislação em vigor;

01265-3

89.637.490/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- j) Deliberar sobre quaisquer propostas da Diretoria a serem submetidas à Assembléia Geral;
- k) Escolher e destituir auditores independentes;
- l) Deliberar, "ad referendum" da Assembléia Geral que aprovar as contas do exercício, sobre o pagamento de dividendos, com base em balanços intermediários ou anuais;
- m) Deliberar sobre a divisão da remuneração dos administradores da sociedade, fixada pela Assembléia Geral, bem como sobre a participação dos administradores nos lucros da Companhia;
- n) Deliberar sobre proposta da Diretoria referente a atos de sociedades subsidiárias, nos casos em que seja necessária deliberação da Controladora.

Art. 17 – Nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, o Diretor Geral apresentará o relato sobre ocorrências e desempenho da Companhia nos meses antecedentes, inclusive os balancetes e relatórios mensais. Os demais diretores da companhia, quando convocados, apresentarão relatório sintético das áreas de suas competências.

Seção II Da Diretoria

Art. 18 - A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, será composta de até 10 (dez) membros, residentes no País, acionistas ou não, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo um Diretor Geral; os demais diretores terão atribuições e designações estabelecidas pelo Conselho de Administração.

§ 1º - O Conselho de Administração poderá deixar de eleger até 4 (quatro) diretores e, nessa hipótese, determinará nova distribuição de funções.

§ 2º - Os diretores substituir-se-ão entre si no caso de ausência temporária. No caso de vaga, o Conselho de Administração designará o substituto para completar o mandato.

§ 3º - O Conselho de Administração, por proposta da Diretoria e, na medida das necessidades, poderá designar outros diretores, estabelecendo suas atribuições e funções.

Art. 19 - A Diretoria eleita, convocada pelo Diretor Geral, reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for necessário, observando-se "quorum" da presença mínima de metade mais um de seus membros, cabendo ao Diretor Geral, além do voto próprio, o de desempate.

§ único - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas no livro próprio, assinadas por todos os presentes.

Art. 20 - A Diretoria tem atribuições e poderes de gestão que a lei e o estatuto lhe conferem para assegurar a execução fiel e eficiente dos fins da Sociedade.

§ 1º - Incumbe aos diretores proporcionar ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, ou a pedido de qualquer dos membros destes, as informações que lhes sejam solicitadas e outras que entenderem relevantes.

01265-3

89.637.490/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

§ 2º - Para a prática de atos que ultrapassem os de simples administração ordinária, a Diretoria deverá deliberar coletivamente, na forma do art. 19, especialmente sobre todos os atos que, por força deste estatuto, deverão ser submetidos ao Conselho de Administração.

Art. 21 - Além de suas atribuições normais que lhes são conferidas por este estatuto, compete, especialmente:

- a) Ao Diretor Geral, supervisionar todas as atividades da sociedade, coordenar a atuação dos demais diretores, implementar a política empresarial fixada pelo Conselho de Administração para a sociedade e suas controladas e supervisionar a auditoria interna.
- b) Aos demais Diretores, as funções que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Art. 22 - Quaisquer dois diretores em conjunto, um diretor em conjunto com um procurador com poderes bastantes, ou dois procuradores em conjunto com poderes expressos, terão poderes para:

- a) representar a sociedade ativa e passivamente;
- b) firmar contratos e assumir obrigações; movimentar contas em bancos, podendo, para tanto, emitir e endossar cheques; transigir, firmar compromissos; sacar, endossar para caução ou desconto, ou aceitar duplicatas e quaisquer títulos de crédito;
- c) prestar fiança ou aval, em operações autorizadas pelo Conselho de Administração.

§ 1º - Um diretor, isoladamente, poderá prestar depoimento em Juízo.

§ 2º - Um diretor, isoladamente, ou um procurador com poderes expressos, poderá:

- a) emitir duplicatas e endossá-las para cobrança bancária, caução e/ou desconto, endossar cheques para depósito em conta da Companhia, firmar contratos de câmbio, emitir pedidos de compras nos limites fixados pelo Conselho de Administração;
- b) representar a sociedade perante qualquer repartição, autarquia ou sociedade de economia mista, federal, estadual ou municipal, desde que não seja para assumir obrigação pela Sociedade ou exonerar terceiros perante esta.

§ 3º - A Companhia poderá constituir procuradores para representá-la isoladamente ou em conjunto com um diretor ou com outro procurador, conforme for determinado no mandato. Os procuradores serão sempre nomeados para fins específicos e por prazo certo, salvo quando se tratar de poderes "ad judicium" ou para a defesa dos interesses sociais em processos administrativos. A nomeação far-se-á por dois Diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Geral e, em seus impedimentos e ausências, outro Diretor determinado pelo Conselho de Administração.

01265-3

89.637.490/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO V Do Conselho Fiscal

Art. 23 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, o qual funcionará em caráter permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. A Assembléia Geral também elegerá um suplente específico para cada um dos membros do Conselho Fiscal e fixará a respectiva remuneração.

§ Único - O Conselho Fiscal tem as atribuições, deveres e responsabilidades previstos em lei.

CAPÍTULO VI Do Conselho Consultivo

Art. 24 - O Conselho de Administração da Companhia será assistido por Conselho Consultivo composto de até 5 (cinco) membros.

§ 1º - Os membros do Conselho Consultivo e seu Presidente serão eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano, sendo a reeleição limitada a até cinco mandatos.

§ 2º - O Conselho Consultivo terá as seguintes atribuições:

- a) opinar sobre assuntos que lhe sejam encaminhados pelo Conselho de Administração;
- b) manifestar-se sobre o relatório anual da Companhia.

§ 3º - O Conselho Consultivo reunir-se-á trimestralmente por convocação do seu Presidente ou do Presidente do Conselho de Administração, mediante avisos enviados com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 4º - As recomendações e os pareceres do Conselho Consultivo serão aprovadas por maioria, presentes, no mínimo, metade dos seus membros.

§ 5º - A remuneração do Conselho Consultivo será fixada pelo Conselho de Administração em montante global anual, o qual deliberará também sobre sua divisão.

CAPÍTULO VII Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros

Art. 25 - O exercício social começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as correspondentes demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se, quanto à destinação do resultado apurado, as seguintes regras:

- a) Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.
- b) O lucro líquido apurado será destinado como segue:

01265-3

89.637.490/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- i) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até esta atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
 - ii) constituição de outras reservas previstas em lei;
 - iii) atribuição aos acionistas, em cada exercício, de um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei, observada a prioridade prevista para as ações preferenciais;
 - iv) formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, acréscimos de capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamentos de capital, podendo seu saldo ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, quando autorizadas na forma prevista neste estatuto, ou para incorporação ao capital social.
- c) A Assembléia Geral decidirá sobre o destino a ser dado ao eventual saldo do lucro líquido apurado no exercício.
- § 1º - A Administração da sociedade, observadas as prescrições legais, poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, bem como declarar, "ad referendum" da Assembléia Geral, dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço.
- § 2º - A Assembléia Geral poderá determinar a distribuição aos administradores da sociedade de uma participação no lucro líquido não superior à metade da respectiva remuneração anual, nem superior a 0,1 (um décimo) dos lucros, adotado o valor menor.
- § 3º - O pagamento de dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, será realizado no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

CAPÍTULO VIII
Da Liquidação

Art. 26 - A sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, pelo modo que for estabelecido pela Assembléia Geral, a qual designará os liquidantes, que devam funcionar durante o período da liquidação.

.X.X.X.X.X.X.X.X.

01265-3

89.637.490/0001-45

20.01 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Klabin é uma empresa Nível I de Governança Corporativa com ações negociadas nesse mercado da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). Em atendimento às obrigações impostas às empresas Nível I, mantém em circulação 77% das ações que compõem o seu capital (mínimo 25%), cumpre regras de divulgação e transparência de informações, dispõe de calendário de eventos programados e segue todas as demais regras.

Por entender que as boas práticas de governança corporativa são de fundamental importância para qualquer empresa moderna que queira crescer de maneira sustentável, e não mero cumprimento de obrigações com o mercado de investidores, a Companhia avançou, em 2003, no aperfeiçoamento e na ampliação das práticas de governança.

Ações em variados campos têm sido conduzidas com o objetivo de aperfeiçoar os processos de gestão, facilitar a transparência e o entendimento dos negócios pelo público externo, melhorar as relações humanas no âmbito profissional e fortalecer valores éticos estabelecidos.

Ao longo dos últimos anos, a Companhia passou por importantes transformações. A reestruturação societária, em 2001, já havia possibilitado obter ganhos sinérgicos com a unificação das empresas. A criação de uma cultura única e a implantação de sistemas e processos integrados contribuíram para o aperfeiçoamento dos controles, menores custos e rapidez da comunicação interna. A reestruturação operacional ampliou a transparência, possibilitando melhor entendimento dos negócios da empresa pelo mercado.

Em 2003, a Klabin iniciou a implantação de modernas técnicas de gestão orientada para valor, alinhando suas ferramentas de avaliação de rentabilidade dos negócios, análise de investimentos e de remuneração, destacando-se entre elas, o EVA®. Em 2004, o sistema EVA® estará implantado em todas as unidades e possibilitará um grande avanço em relação às práticas atuais.

A política em relação aos auditores independentes, na prestação de serviços não-relacionados à auditoria externa, se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios estabelecem que:

- O auditor não deve auditar seu próprio trabalho;
- O auditor não deve exercer funções gerenciais;
- O auditor não deve advogar para seu próprio cliente.

Durante o exercício de 2003, não foram contratados serviços não-relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes.

Em atendimento à Instrução 308/99 da CVM, em 2004 será efetuado o rodízio de auditores independentes.

Klabin encerrou o ano com uma força de trabalho formada por 8.000 funcionários próprios e 4.800 contratados, totalizando 12.800 colaboradores, um número inferior ao que existia ao final de 2002, em razão da reestruturação ocorrida ao longo de 2003.

01265-3

89.637.490/0001-45

20.01 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Durante 2003, foram desenvolvidas várias ações no sentido de fortalecer a idéia de empresa única na Klabin. Dentre essas ações, cabe destacar:

- A implantação de um novo *software* de gestão de recursos humanos;
- A unificação dos critérios de desenvolvimento humano, de relações trabalhistas e sindicais, de medicina de grupo e benefícios de saúde, de planos de previdência privada;
- Alinhamento, a partir de 2004, da remuneração variável com os conceitos de criação de valor (EVA).

Na área de educação e treinamento, foram revistos o conceito e os critérios de elegibilidade e aplicação. O conceito é de educação voltada para os negócios e para o aperfeiçoamento continuado de todos os colaboradores. A educação é reconhecida como o caminho para se obter maior produtividade, qualidade e retorno.

O crescimento de valor da Klabin está fortemente vinculado à sua capacidade de atrair, reter e desenvolver bons líderes e bons funcionários em geral. Por isso, criou um programa de recrutamento interno para facilitar a identificação e a movimentação desses talentos que adota o princípio de realizar contratação externa após esgotar a pesquisa interna.

O ano de 2003 foi, assim, um ano de importante avanço das práticas de recursos humanos, com ênfase na transparência e na clareza de critérios, os quais foram unificados para as várias localidades em todos os Estados onde a empresa tem unidades.

01265-3

89.637.490/0001-45

21.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

- 1) Correção dos números (escala mil).
- 2) Inclusão, no quadro 14.03, de dados contidos no "Prospecto Preliminar" de distribuição pública de debêntures: Fatores de Risco; Destinação dos Recursos e Informações Relativas à Emissão.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01265-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ 89.637.490/0001-45
---------------------------	------------------------	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02.01	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02.01	02	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL	6
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E FISCAL) E	7
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	15
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES	16
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES	17
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	48
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	49
04	03	BONIFICAÇÃO/DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	50
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	51
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	51
05	01	AÇÕES EM TESOURARIA	52
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	53
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	54
06	04	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	54
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	55
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	55
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	56
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	59
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	61
10	02	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	62
10	03	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	64
11	01	PROCESSO DE PRODUÇÃO	65
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	70
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	71
12	01	PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS	73
13	01	PROPRIEDADES	76
14	02	INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS	78
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA	79
14	05	PROJETOS DE INVESTIMENTO	94
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	95

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01265-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ 89.637.490/0001-45
---------------------------	------------------------	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	97
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	98
18	01	ESTATUTO SOCIAL	99
20	01	INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA	108
21	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	110